

**PCS** Sisejufe se fortalece na  
coordenação da Fenajufe |  
Sai parecer do PL 6613 na  
CTPAS da Câmara

**Tragédia das chuvas** Sem  
planejamento urbano, o estado  
do Rio ainda conta e chora  
suas vítimas

# Ideias

**EM REVISTA**

Revista bimestral do Sindicato dos Servidores das  
Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro  
ANO III - nº 28 - março e abril de 2010





# **LA SALLE**<sup>RJ</sup>

## **INSTITUTOS SUPERIORES**

**Administração**  
**Ciências Contábeis**  
**Sistemas de Informação**  
**Direito**  
**História**  
**Pedagogia**  
**Relações Internacionais**

- Conceito máximo no MEC
- 95% de docentes mestres e doutores
- Convênios com descontos de até 50%
- Iniciação Científica e Monitoria
- Ampla Rede de Estágios
- Melhor instituição particular de ensino superior em Niterói:  
Avaliação do MEC - ICG 2009

**www.lasallerj.org**  
**0800 709 3773**



**Cartas dos Leitores**

Vitória do Sisejufe contra cobrança do imposto sindical; decepção com o PCS; violência contra a mulher; e uma enorme errata da edição passada.

Página 4

**Congrejufe**

Sindicato se fortalece na coordenação da Fenajufe.

Página 5

**Congelamento**

Servidores protestam de diversas categorias do funcionalismo público se mobilizam e protestam contra o projeto de lei que congela os salários.

Página 6

**Revisão Salarial**

PL 6613 está na pauta da CTPAS no fim de abril. Categoria no Rio indicou greve para 6 de maio.

Página 7

**7º Congrejufe**

O Sisejufe compartilha com a categoria no Rio, os manifestos políticos de sua chapa nacional durante o Congresso da Fenajufe em Fortaleza.

Páginas 8 e 9

**Entrevista**

Um rápido bate-papo com Valter Nogueira Alves, do Sisejufe, e Iracema Pomper Mayer, do Sinpofusfes (ES), eleitos coordenadores executivos da Fenajufe.

Página 10

**Humor**

Nosso colaborador, Fulgêncio, satiriza alguns acontecimentos do Congresso da Fenajufe.

Página 11

**Oficina Literária**

A técnica judiciária Mariana Mello de Medeiros reflete sobre a ditadura da balança.

Página 12

**Cultura**

O cantor e compositor Lucio Sanfilippo fala da comunidade da Serrinha.

Página 13

**Mulheres**

Rosane Silva, secretária nacional da Mulher Trabalhadora da CUT Nacional, acompanhou a 3ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, em São Paulo.

Páginas 14 e 15

**Movimento Sindical**

CUT amplia liderança sobre as demais centrais sindicais brasileiras, mostra estudo.

Página 16

**Convenção 151 da OIT**

Congresso aprova regulamentação das relações de trabalho no serviço público.

Página 17

**Celibato e Pedofilia**

O teólogo Leonardo Boff comenta a situação da Igreja Católica com os escândalos de pedofilia.

Páginas 18 e 19

**Formação Política**

Ideias em Revista reproduz trechos da aula inaugural de Emir Sader no curso de Formação Política da CUT Rio, que teve o apoio do Sisejufe.

Página Central

**Núcleos do Sisejufe**

As últimas informações pertinentes aos diversos núcleos temáticos do sindicato.

Páginas 22 e 23

**Nacional**

O jornalista Vinicius Souza, nosso colaborador de São Paulo, mostra a que a grande mídia cada vez mais se afirma como a principal oposição ao governo federal.

Páginas 24 e 25

**Royalties**

Nosso repórter Max Leone investiga as diferenças fundamentais de abordagem sobre a questão dos royalties do petróleo que não aparecem no debate político.

Páginas 26 e 27

**Oficiais de Justiça**

Num texto de Roberto Ponciano, após conversas com diretores que são oficiais de justiça, uma relação da situação atual do segmento com a mitologia grega. Os Hecatonquiros tinham cem braços, 50 olhos e podiam mover montanhas.

Páginas 28 e 29

**Futebol Social**

Max Leone antecipa: Rio sediará campeonato mundial de excluídos, em setembro.

Páginas 30 e 31

**Justiça Federal**

CJF aprova, enfim, a criação das 230 novas varas federais

Página 32

**Meio Ambiente**

SJRJ lança campanha contra o uso de descartáveis

Página 33

**Caos Urbano**

Reportagem de nossa colaboradora Tatiana Lima estabelece nexos entre a tragédia das chuvas e a falta de planejamento urbano no Rio de Janeiro.

Páginas 34 a 37

**Latuff**

O olhar de nosso cartunista sobre a situação do Rio de Janeiro depois do caos do mês de abril.

Página 38



## Vitória contra a cobrança do imposto sindical

Nosso sindicato demonstra mais uma vez que se fortalece a medida de sua atuação inteligente e de seriedade; sinto-me feliz e orgulhosa por todas as conquistas do meu sindicato. A todos que lutam por ideal maior e que estão na vanguarda desta entidade, os meus bons votos de “uma sucessão sucessiva de sucessos”. Mui grata,

**Heroisa Ferreira Góes**  
Analista Aposentada – JF

Gostaria de parabenizar o Sisejufe e Departamento Jurídico pelo excelente desempenho na ação referente ao desconto sindical dos filiados. Cordiais saudações,

**Isaac Leonardo Carriço**  
Técnico Judiciário – TRF2

## Decepção com PCS

Fiquei muito decepcionada com este novo PCS. Mais uma vez o sindicato trabalhou apenas para os oficiais e analistas. A grande massa, a dos técnicos judiciários, que fazem o mesmo trabalho dos analistas ficaram de lado. Francamente me recuso a fazer mobilização por uma proposta que desqualifica um número imenso de servidores do judiciários. A diferença salarial entre os dois cargos é um oceano. Com as emendas estão criando privilégios apenas para os analistas e oficiais. Enquanto isto, o técnico rala e assume tarefas complexas.

**Mônica Araújo – TRE**

### Resposta

*Mônica, há um equívoco. Primeiro, nem o Sisejufe nem a Fenajufe fizeram quaisquer emendas e somos contra as emendas. Segundo, o PCS prevê um aumento isonômico de 54,6% para todos os cargos.*

*Um abraço,*

**Roberto Ponciano**  
Técnico Judiciário  
Diretor do Sisejufe

## Violência contra a mulher: mais do que uma triste estatística

O estado do Rio de Janeiro, ainda está longe de se recuperar das mortes e perdas decorrentes das chuvas, engrossa mais uma triste estatística: a da violência contra a mulher. Só no dia 16 de abril, por exemplo, foram noticiados três casos de violência contra a mulher ocorridos recentemente: Orestina Soares, de 53 anos, foi morta a pedradas por seu namorado, em Duque de Caxias; em Santa Cruz, foi preso o ex-marido de Antônia Eliane Farias, que em novembro do ano passado a torturou com mais de 30 facadas pelo corpo, principalmente nas pernas, ainda hoje em consequência dessa violência Antônia usa próteses e só anda com a ajuda de muletas; Dayana Alves da Silva, 24 anos, que teve 50% de seu corpo queimado após ser incendiada por seu ex-marido en-

quanto trabalhava numa padaria no Engenho de Dentro, morreu depois de ficar dois meses internada. Isto ocorreu mesmo após a jovem já ter registrado três ocorrências contra o ex-marido na DEAM, inclusive no dia anterior ao crime, sem que nenhuma providência fosse tomada. No Brasil, as agressões contra as mulheres ocorrem a cada 15 segundos e os companheiros são responsáveis por quase 70% dos assassinatos de mulheres.

Apesar dos avanços obtidos com a aprovação da Lei Maria da Penha que torna crime a violência contra a mulher, não estaremos seguras enquanto tivermos uma cultura que legitima a posse e o domínio do homem sobre a mulher, relações hierarquizadas, onde os homens

subjugam as mulheres a todas as suas vontades, usando muitas vezes a violência como forma de demonstrar seu poder. Também não estaremos seguras enquanto a Lei Maria da Penha não for aplicada sem exceções; enquanto não tiverem delegacias de mulheres e casas-abrigo suficientes para atender as mulheres vítimas de violência; enquanto não tivermos profissionais capacitadas(os) para atender as mulheres vítimas de violência, enquanto o Estado não for capaz de garantir a segurança das mulheres que tentam romper o ciclo de violência.

**Casa da Mulher Trabalhadora**  
Rua da Lapa, 180 sala 806  
Centro – Rio  
(21) 2544 0808  
camtra.org.br

## Herrar é Humano

Embora eu não receba um centavo do sindicato, no máximo um convite para beber até cair no Botequim do Sisejufe, sinto-me parte do corpo editorial de Ideias. É com este espírito de porco, digo, de corpo, que trago as necessárias erratas da entrevista com o cantor e compositor Lúcio Sanfilippo, publicada na edição passada – já que acompanhei pessoalmente a reportagem. O jongo, ritmo, dança e música de onde surge o samba vem das fazendas de café e não da farinha de café – como publicado. O cantor, na entrevista, afirmou que “as pessoas” da Serrinha sabem suas músicas de cor e não a “Tia Maria”, octogenária do jongo – como publicado. Não foi o Nestor, figura mitológica do samba de Noel, que teve a ideia de fazer o “Coisa da Antiga”, mas sim o Lefê, figurinha carimbada das rodas de samba da Lapa. Na matéria, trocaram também o

nome da lá Nitinha por “Aninitinha” – aliteração que só pode ter surgido da gagueira de alguém daí da redação. A nação negra que veio da África é loru-bá (ou Yorubá), jamais Orubá. Caro diretor de imprensa, editor e repórter, o nome do disco do Lúcio Sanfilippo, que comprei e adoro, é “Canção de amor ao Léu”, filho dele, tricolor, que conheço e é gente muito boa. Não “Canção de amor ao léu” (!). E tem mais, infelizmente. A flor é a parte *reprodutora* da planta, não a parte *condutora*. E para concluir, corrijo – com a ajuda de e-mail do próprio Lúcio – os nomes das amigas Vanda Freitas e Rita País; e dos cantores Moisés Marques, Makley Matos e Nuno Neto. Escrevo esta Carta do Leitor para que possamos nos desculpar com os leitores e com o Lúcio e rir um pouco das falhas (surreais) que cometemos no corre-corre dos fechamentos de edição. Afinal, herrar é humano.

**Fulgêncio Pedra Branca**  
Colaborador de Ideias

## Nota da Redação

Agradecemos as erratas. Reafirmamos a disposição de sempre buscar e publicar a informação correta. Devemos registrar também que após a última edição, em que Fulgêncio colaborou com um artigo satírico e comemorativo do título de Campeão Brasileiro, conquistado pelo Flamengo, recebemos e-mails dos servidores Andréia de Souza, Manuel Henrique e Fabiane Silva – todos com críticas severas quanto ao uso do espaço para tratar de tal tema. Acolhemos humildemente as críticas, mas ponderamos que os artigos da “entidade” Fulgêncio são humorísticos e servem de respiradouro à importante pauta sindical. Fica o convite para que as sugestões, opiniões e críticas não cessem. Nossa imprensa é feita para e pelos leitores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro. Participe!

## ESPAANHOL para INICIANTE



## NOVA TURMA EM MAIO

toda  
quarta-feira  
18h30min  
às 21h30min

antiga sede  
do Sisejufe  
rua Senador  
Dantas, 117  
sala 1541

inscrições:  
formacao  
@sisejufe.com.br

## Congrejufe

Chapa integrada pelo Sisejufe elege coordenador-geral e dois executivos

# Sindicato se fortalece na coordenação da Fenajufe

Foto: Henri Figueiredo

A chapa "A Fenajufe Pode Mais" – formada pelo Sisejufe e pelos Coletivos Viva Voz do Rio Grande do Sul e da Bahia, além de militantes da CUT Socialista e Democrática (CSD) e outros militantes, como os do Espírito Santo – obteve 96 votos e levou um membro para a coordenação-geral da Fenajufe além de dois outros integrantes para a coordenação executiva. A chapa *A Fenajufe Pode Mais* também elegeu um suplente na coordenação executiva e uma suplente no Conselho Fiscal. A chapa indicou para coordenador-geral José (Zé) Carlos Oliveira (RS). Como coordenadores executivos foram indicados Valter Nogueira Alves, diretor do Sisejufe, e Iracema Pompermayer (ES). Na suplência da coordenação executiva está Cláudio Azevedo (RS). A coordenadora do Departamento Jurídico do Sisejufe, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos, é a terceira suplente do Conselho Fiscal. Para o Conselho Fiscal, concorreram 19 delegados presentes no 7º Congrejufe, sendo eleitos três titulares e três suplentes. O diretor do Sisejufe João Mac-Cormick foi o representante da chapa na Comissão Eleitoral.

Os novos integrantes da Executiva e do Conselho Fiscal da Fenajufe tomaram posse na noite de 31 de março, encerrando os trabalhos no quinto dia do 7º Congrejufe, em Fortaleza. Foram registrados, em urnas eletrônicas, 476 votos válidos divididos entre as quatro chapas concorrentes. Pelo fato de a composição da diretoria da Fenajufe ser pelo critério da proporcionalidade qualificada, todas as chapas estão representadas na federação. Além do gaúcho Zé



Aliança sobre propostas: Zé Oliveira, Iracema Pompermayer, Ana Naiara (no alto), Claudio Azevedo e Valter Nogueira Alves (Sisejufe)

Carlos Oliveira (RS), integram a coordenação-geral Roberto Policarpo (DF) e Saulo Arcangeli (MA). A coordenação de Administração e Finanças é de Ramiro López (RS) e Gérner Gomes (RO).

A chapa "Unidade para vencer" teve 186 votos e emplacou sete coordenadores titulares e dois suplentes. A "Luta Fenajufe", com 124 votos, tem direito a quatro coordenadores titulares e três suplentes. A chapa "Renovação", com 69 votos, está representada por três titulares e um suplente. Entre os titulares da "Renovação" está o oficial de justiça do TRT da 1ª Região Denis Lopez de Souza.

Nos discursos de posse, os novos coordenadores da Fenajufe destacaram que naquele momento se desmontavam os palanques e o trabalho passava a ser conjunto, em unidade, e na defesa de todos os segmentos profissionais do Judiciário Federal e Ministério Público da União. Para o diretor do Sintrajufe (RS) e coorde-

nador da Fenajufe pelo segundo mandato, Zé Oliveira, da chapa *A Fenajufe Pode Mais*, o debate realizado durante o Congresso dará condições de avançar na gestão da entidade. "É preciso barrar o PLP 549/09, mobilizar na luta pela aprovação do PCS e elaborar o Plano de Carreira. A categoria espera que se intensifique a luta", avalia Zé, agora assumindo o posto de coordenador-geral.

### Fenajufe fica na CUT, dizem 68%

Na noite da terça-feira, 30 de março, com um plenário lotado no Praia Centro Hotel, em Fortaleza, os congressistas decidiram que a Fenajufe deve se manter filiada à Central Única dos Trabalhadores – como é desde a sua fundação, em 1992. Foram 274 votos a favor da permanência da Federação junto à CUT contra 130 de grupos que defendiam a desfiliação (ou 32% dos votos válidos). Houve 4 abstenções. O número total de delegados (credenciados a votar) foi de 489 congressistas.

PCJ Sisejufe se fortalece na coordenação-geral do Conselho Fiscal. São pontos do PLP 549/09 no CTPE do Ceará.

Registra-se o novo nome: a coordenação executiva e o Conselho Fiscal.

## Ideias

EM REVISTA

# SISEJUFE

Filiado à Fenajufe e à CUT

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003  
TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejufe.org.br>  
ENDEREÇO ELETRÔNICO: [imprensa@sisejufe.org.br](mailto:imprensa@sisejufe.org.br)

**DIRETORIA:** Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga.  
**ASSESSORIA POLÍTICA:** Márcia Bauer.

**IDEIAS EM REVISTA – REDAÇÃO:** Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ 19002/JJ) – **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo – **ESTAGIÁRIA:** Tatiana Lima  
**DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latufi – **FOTO DA CAPA:** arte de Deisedóris de Carvalho sobre fotografia de Thiago Carminati/Favela em Foco  
**CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro  
**IMPRESSÃO:** Gráfica e Editora Minister (8,6 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em  
Papel Reciclado

# Servidores fazem protesto contra PLP 549

Servidores de várias categorias do funcionalismo público federal se reuniram no início da tarde de do dia 15 de abril em ato público no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, para protestar contra o Projeto de Lei Complementar 549/2009, que limita os salários e os gastos com pessoal até 2019. Antes disso, mais de 2 mil servidores de vários estados do país realizaram manifestação, que teve início às 9 horas na Catedral Metropolitana de Brasília.

De lá, os manifestantes saíram em passeata e passaram em frente ao Ministério do Planejamento, onde realizaram um ato público com intervenções de dirigentes da CUT nacional, da Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas) da CTB (Central dos Trabalhadores do Brasil) e de várias entidades nacionais dos servidores, entre as quais a Fenajufe, representada pelo coordenador geral Saulo Arcangeli.

Além dele, outros coordenadores da Federação, representantes de alguns sindicatos de base e dirigentes das entidades que compõem a Frente Nacional contra o PLP 549 participaram da manifestação na Esplanada dos Ministérios e também do ato na Câmara dos Deputados. Também estiveram presentes, declarando apoio à luta dos servidores, os deputados federais Luiz Carlos Busato (PTB-AM), relator do projeto na Comissão do Trabalho e Serviço Público; Paulo Rubem (PDT-PE); e Mauro Nazif (PSB-RO).

As atividades marcaram o Dia Nacional de Luta contra o PLP 549. Na ocasião, os servidores deixaram claro que estão dispostos a intensificar a luta contra esse projeto e qualquer outro que retire direitos dos trabalhadores. Em alguns estados, os sindicatos filiados à Fenajufe se juntaram a outras categorias e participaram dos protestos contra o congelamento salarial. Na Bahia e no Rio

Fotos: Henri Figueiredo



**Zé Oliveira:** coordenador-geral da Fenajufe tem se reunido com o relator do projeto

Grande do Sul, por exemplo, trabalhadores dos três ramos do Judiciário Federal paralisaram as atividades por 24 horas como parte do Dia Nacional de Luta contra o PLP.

A diretora da CUT nacional, Lúcia Reis, informou, durante sua intervenção de abertura do ato no Nereu Ramos, que a Central tem se posicionado frontalmente contra o PLP 549 que representa uma derrota para o funcionalismo público e para o país, uma vez que impedirá o investimento em novos serviços para a população. “A oposição a esse projeto constitui um conjunto de ações da CUT nacional. Vamos trabalhar para que esse projeto seja arquivado logo na Comissão de Trabalho, mas se ele for pra frente, teremos que atuar para que seja derrotado”, ressaltou Lúcia Reis, argumentando a necessidade de todos os sindicatos aprofundarem o debate com os servidores e com a sociedade em geral.

Como representante da Conlutas, Paulo Barela considerou ser fundamental que todos os setores do funcionalismo público se unifiquem para barrar o congelamento salarial e todos os projetos do governo federal

que ataquem conquistas históricas dos trabalhadores. Fazendo coro com ele, o representante da CTB, João Paulo Ribeiro, também falou da importância de manter a unidade e de fortalecer a luta nas três esferas do setor público [municipal, estadual e federal].

## Relator assume compromisso com servidores

Antes da fala do coordenador Pedro Aparecido Souza, que esteve no ato da Câmara em nome da Fenajufe, o relator do projeto, deputado Luiz Carlos Busato, fez uma rápida intervenção em que afirmou “estar sensível à reivindicação dos servidores em relação ao PLP 549”. Ele informou, ainda, que deverá apresentar seu parecer no dia 5 de maio e que o presidente da Comissão de Trabalho, deputado Alex Canziani [PTB-PR], caso concorde com o teor, deverá pautar o projeto na sessão do dia 12 de maio. “Estou sensível à reivindicação de vocês. Por isso, vou atender a solicitação contrária ao projeto. Esse é o compromisso que faço agora. Esse projeto não tem o menor cabimento”, disse Busato, que também afirmou já ter expressado o seu posicionamento ao Ministério do Planejamento.

O relator, que também é vice-líder do governo na Câmara, garantiu, ainda, que vários deputados da Comissão de Trabalho já manifestaram ser contra o projeto, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-SP) e aprovado no Senado Federal por unanimidade. “Tenho certeza que não teremos problema na Comissão de Trabalho”, finalizou.

## “Esse projeto precisa ir para o caixão”

Ao comentar a presença de mais de 2 mil servidores na Esplanada dos Ministérios e o peso da manifestação no Nereu Ramos, Pedro Aparecido, coordenador da Fenajufe, admitiu estar contente com a união de várias centrais sindicais e das enti-

dades dos servidores federais para barrar o projeto que, segundo ele, “não pode ser modificado e tem que ir para o caixão”. Para ele, somente a união das categorias será capaz de impedir que o Projeto de Lei Complementar seja aprovado no Congresso Nacional. “Só sairemos vitoriosos se estivermos juntos. Senão, seremos derrotados pelo PLP 529 e por outros, do governo Lula, que tenham o objetivo de atacar os nossos direitos”, ressaltou.

Pedro Aparecido, que também é presidente do Sindijufe-MT, informou aos servidores presentes o calendário de lutas aprovado pela categoria no 7º Congresso, que inclui o fortalecimento da campanha contra o PLP 549. “Hoje, em vários estados a categoria está com suas atividades paralisadas e aprovamos o dia 5 de maio como indicativo de greve. Vamos lutar contra o congelamento salarial. Se quiserem congelar, que congelam os recursos repassados aos banqueiros”, finalizou.

Jean Loiola, também coordenador da Fenajufe, avalia que as atividades de hoje representam um passo importante do funcionalismo federal na campanha contra o PLP 549/09. De acordo com ele, a participação de representantes de várias categorias comprova o grau de insatisfação dos servidores com essa proposta. “Esse projeto representa um ataque direto aos interesses do funcionalismo e do serviço público. Além de congelar o nosso salário, também impedirá o investimento em novos serviços à população, em profissionalização e contratação de novos servidores. Será o engessamento total da máquina pública. Se quisermos a aprovação de nossa revisão salarial, teremos que barrar esse projeto”, ressaltou Jean, se referindo à luta pela aprovação dos PLs 6.613/09 e 6.697/09. [Fonte: Leonor Costa da Imprensa Fenajufe]

# PL 6613/09 está na pauta da sessão do dia 28 de abril

BRASÍLIA – O Projeto de Lei nº 6613/09, que revisa o Plano de Cargos e Salários dos servidores do Judiciário Federal, já está na pauta da sessão da próxima quarta-feira [28] da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público da Câmara dos Deputados. A pauta pode ser conferida na página da Câmara.

O PL 6613 é o sexto item da pauta do dia 28. Ele será apreciado após debate da audiência pública marcada para o dia 27 de abril, especialmente para dis-

cutir a revisão salarial dos servidores do Judiciário Federal.

Na terça-feira, 20 de abril, o deputado Sabino Castelo Branco [PTB-AM], já havia apresentado o seu parecer à Comissão. Em seu voto, o relator ressalta: “Por todo o exposto, voto, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.613, de 2009, e das Emendas de nºs 03, 06, 08, 15, 18, 27, 29, 31, 33, 45, 46, 49 e 53, bem como pela rejeição das demais”. Entre as emendas acolhidas pelo relator estão as que

determinam que a nomenclatura do cargo de Oficial de Justiça seja “Oficial de Justiça Avaliador Federal, que evidencia-se mais apropriada do que Oficial de Justiça Avaliador da União, justificando o acolhimento das Emendas de nºs 03 e 53”.

O dia 27 de abril, devido à realização da audiência pública, foi aprovado pela Fenajufe como Dia Nacional de Luta em defesa da aprovação dos planos de cargos e salários. Neste dia, os sindicatos deverão realizar ativida-

des de mobilização com toda a categoria e discutir a deflagração da greve por tempo indeterminado a partir do início de maio. No dia 28, quando a sessão da Comissão de Trabalho apreciará o PL 6613/09, os coordenadores da Fenajufe intensificarão os trabalhos de pressão junto aos parlamentares para garantir que o projeto realmente seja aprovado.

Da Fenajufe – Leonor Costa

## Assembleia Geral indica greve para 6 de maio, no Rio

Numa assembleia participativa, com a presença registrada de 99 servidores, a categoria do Judiciário Federal no Rio aprovou o calendário de lutas para a aprovação do PL 6613, com indicativo de greve para o dia 6 de maio – em votação unânime. Há, todavia, uma ressalva: a de que o Rio de Janeiro obedecerá o indicativo de paralisação que for decidido na Reunião Ampliada da Fenajufe, que foi adiada do dia 24 de abril para o dia 2 de maio. Na assembleia, foram eleitos os delegados do Rio de Janeiro para esta Ampliada, em Brasília.

Durante mais de uma hora, oradores se revezaram na defesa de que o Sisejufe amplie e radicalize a luta pela aprovação do PCS. Vários servidores foram indicados pela assembleia para irem para Brasília pressionar para que seja votado o projeto na CTASP, nos dias 27 e 28 de abril. Foram eleitos também os nove delegados e mais cinco suplentes para a Reunião Ampliada da Fenajufe, em 2 de maio – desde o último Congresso da Federação, no final em março em Fortaleza, a Ampliada tornou-se uma instância deliberativa.

Na última semana de abril, ha-

verá assembleias em vários fóruns no Rio, para que o movimento ganhe força e se prepare para a greve da semana seguinte. Dia 28, o TRT da Lavradio fará uma greve de mobilização das 11h às 12h. Ao meio-dia, é vez da JF Rio Branco que congregará também os servidores do TRE. No dia 29, será a vez da JF Venezuela. No TRF, que já tinha decidido ir para a greve (apenas deixando o dia para ser decidido pela assembleia geral e Ampliada) haverá panfletagem.

### PRÓXIMAS ASSEMBLEIAS POR LOCAL DE TRABALHO

Quarta – 28 de abril – 11h – TRT Lavradio

Quarta – 28 de abril – 12h – SJRJ e TRE (assembleia conjunta na Rio Branco)

Quinta – 29 de abril – 12h – JF da avenida Venezuela

### Conheça a Representação do Rio de Janeiro que vai à Câmara pressionar pelo PL 6613

Vera Lúcia Pinheiro dos Santos  
Lucile Lima Araújo de Jesus

João Cunha  
Og Carramilo Barbosa  
Nilton Pinheiro  
Valter Nogueira Alves (como coordenador executivo da Fenajufe)

### Conheça a delegação do Rio de Janeiro para Ampliada da Fenajufe em 2 de maio

#### TITULARES

Maria Cristina de Paiva Ribeiro  
Marcelo Costa Neres  
Ademir Gregolin

Vera Lúcia Pinheiro dos Santos  
Roberto Ponciano  
Dulavim de Oliveira Lima Junior  
Ronaldo de Assis  
João Mac-Cormick  
Paulo Cesar Nascimento de Lira

#### SUPLENTES

Flavio Pains  
Joel Lima de Farias Rodrigo  
Luiz Marques da Silva  
João Souza Cunha  
Mariana Liria

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

## ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDICATO DOS SERVIDORES DAS JUSTIÇAS FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SISEJUF, através do diretor abaixo-assinado, pelo presente Edital convoca todos os servidores das justiças: Federal, TRF, Eleitoral, Militar e do Trabalho a comparecerem a ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia 28 de abril de 2010, às 12 horas em 1ª chamada e às 12 horas e 30 minutos em 2ª e última chamada, na Avenida Rio Branco, 243 – Centro – Rio de Janeiro - RJ, tendo como

pauta de discussão o seguinte:

- 1) PL 6613/09 – revisão salarial dos servidores do judiciário federal e
- 2) Greve dia 6/5, com indicativo de greve por tempo indeterminado.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2010.

Roberto Ponciano  
Gomes de Souza Junior  
Diretor Presidente

Edital publicado no jornal O Dia de quinta-feira, 22 de abril de 2010



## Democratização é a palavra de ordem

Conheça aqui os manifestos políticos submetidos pela chapa A Fenajufe Pode Mais aos congressistas do 7º Congrejufe

### Mobilização da categoria conquista avanços, mas A Fenajufe Pode Mais!

O último período (2007-2010) foi marcado por avanços conquistados a partir da mobilização da categoria. Prova maior dessa afirmativa é o envio dos projetos de lei 6613 e 6697 ao Congresso Nacional, no final de 2009, após uma greve realizada pelo conjunto dos servidores do Judiciário e do MPU. Outros fatos positivos foram a criação do Coletivo Nacional dos Aposentados (Conap) a partir da demanda de vários estados e da realização do encontro de aposentados; o Encontro Nacional da Justiça Eleitoral; além dos encontros de saúde e do encontro em defesa da jornada de 30 horas. Também foi bastante relevante a participação da nossa federação e de sindicatos de base na construção da Conferência Nacional de Comunicação, que passou por etapas estaduais e foi realizada ao final do ano passado. No entanto, a Fenajufe, criada em 1992 para unificar os servidores do Judiciário e do MPU, tem falhas na democracia interna e na relação com os seus sindicatos de base. A atual gestão foi eleita no Congrejufe de 2007, em Gramado (RS), num processo conturbado e marcado por irregularidades quanto ao cumprimento de regras básicas e essenciais à de-

mocracia como a mudança do regimento eleitoral após o anúncio do resultado da eleição (!) – o que excluiu da direção executiva um dirigente de cada chapa de oposição em favor do campo majoritário. Ou seja, mudaram as regras do jogo após o apito final.

Nos últimos três anos, vivenciamos a falta de uma relação democrática e respeitosa do setor majoritário (Articulação, CTB e O Trabalho) com as minorias, com os sindicatos de base e com o conjunto da categoria. Consequentemente, houve problemas como a não distribuição de licenças sindicais de direção de forma compatível com a proporcionalidade democrática eleita em Gramado. Também houve dificuldades e fragilidades na socialização das informações dentro da direção e desta com os sindicatos de base – e esta falta de transparência reflete a ausência de democracia.

#### Subversão de instâncias

Em muitos momentos, no último período, a Fenajufe foi à re-

boque de políticas de instâncias de base que se sobrepuseram às decisões da federação – o que fragiliza imensamente o conjunto da categoria e a atuação unificada deliberada pela base. Durante o processo de discussão e negociação do Plano de Carreira, por exemplo, a proposta da Fenajufe concorreu diretamente com a proposta de uma entidade de base que não se sujeitou a decisões democráticas da maioria. Outro exemplo recorrente é a divulgação preliminar de processos de negociação por entidades de base antes que a própria federação o fizesse. Dessa forma não é possível afirmar e garantir a força da Fenajufe junto à Administração Pública. Esta prática facilita os ataques das associações que querem dividir a categoria.

Também cabe a crítica quanto ao método de atuação da Conlutas que faz o debate no mesmo patamar de “disputa pela disputa” seja em reuniões da diretoria, seja em plenárias, congressos ou ampliadas – o que

desconfigura as instâncias da federação e torna a relação política dentro da Fenajufe uma ininterrupta disputa. Entendemos que a federação deve se pautar pelo respeito às diferenças e que reuniões de diretoria são um espaço para aprofundar as políticas voltadas ao interesse de toda a categoria, com independência e autonomia de partidos e governos. Defendemos outro método de se fazer política expresso no respeito às diversas posições e que abre espaço para participação qualificada dos sindicatos através das ampliadas deliberativas, que são instâncias intermediárias entre plenárias e congressos.

A discussão sobre carreira ilustra bem a forma como se dá o debate com as entidades de base, em que pese a realização dos seminários nacionais sobre carreira. Esse espaço de debate ficou reduzido na Fenajufe no momento em que se afinou a negociação. Também não houve preocupação da federação com a formação da categoria em termos de princípios que antecedem um debate aprofundado. Não houve socialização dos conceitos estruturantes, tais como o modelo de Estado e os elementos de gestão necessários para um Plano de Carreira. Na ausência disso, sem o necessário nivelamento do conhecimento entre todos, não houve discernimento das consequências das escolhas entre os modelos existentes.

Além disso, como já registrado na Plenária de Manaus, a postura do representante da Fenajufe na Comissão Interdisciplinar do STF (representante este do



campo majoritário) foi duramente criticada, tanto pela falta de socialização das informações quanto pela dificuldade de apresentar e defender efetivamente na comissão as propostas aprovadas pelas instâncias da categoria.

### **Carreira e revisão salarial**

O coletivo Fenajufe Pode Mais é formado por servidores que cumpriram papel fundamental no debate e continuarão lutando para tornar realidade um Plano de Carreira, mas entenderam ser necessário priorizar, nesse momento, a revisão salarial. Essa decisão levou em conta a realidade das negociações, o ainda baixo acúmulo da categoria sobre o tema e a necessidade de debates aprofundados sobre questões que estão longe de consensos – o que nos fragilizaria no embate com os Tribunais.

No último período, se agravou o quadro que já vinha sendo criticado desde a Plenária de Manaus: a falta de democracia na relação da federação com seus sindicatos. A crise aberta com a não convocação de reuniões ampliadas, que não têm regramento no estatuto da Fenajufe e, muitas vezes, foram convocadas “só para constar”, sem caráter deliberativo, levaram a situações em que questões cruciais foram decididas no voto na direção da Fenajufe, prejudicando o amadurecimento das posições junto aos sindicatos de base.

Nesse sentido, para garantir uma instância dinâmica abaixo da estrutura das plenárias e congressos, é necessário formalizar no estatuto a figura das reuniões ampliadas deliberativas (ou uma espécie de Conselho Geral, como existe em algumas entidades). Defendemos também que a Fenajufe ocupe seu espaço nos fóruns de discussão de interesse da categoria e dos demais servidores federais. É preciso divulgar o acompanhamento que é feito junto à Bancada Sindical, integrada por entidades nacionais dos servidores públicos e responsável por reuniões de negociações com o governo federal, sobre temas como organização e direitos sindicais, negociação coletiva e direito de greve.

Além disso, a Fenajufe tem que se qualificar na atuação em defesa da saúde do trabalhador. Mesmo com a realização de um primeiro encontro sobre saúde do trabalhador, proposta apresentada pelos integrantes do coletivo A Fenajufe Pode Mais e aprovada pelo conjunto dos delegados em Plenária, é necessário ter continuidade, acompanhamento e implementação do debate sobre as propostas que têm surgido de parte do governo antes que essas nos atropelam. Também é preciso, intervenção junto ao CNJ sobre a implementação do processo eletrônico e planejamento estratégico dos órgãos que estão ocorrendo à revelia dos servidores.

### **Greve com coordenação**

Não podemos esquecer o problema da falta de coordenação efetiva de nossa federação na última greve, apesar da vitória gaantida pela mobilização da categoria em todo o país. Dificuldades na unificação do calendário e de constituição de um comando nacional são exemplos dessa situação, além das dificuldades de obtenção de informações para alimentar os estados e facilitar a mobilização.

Por fim, em que pese a necessidade de uma participação mais expressiva dos sindicatos no dia a dia da federação, a mudança que propomos não passa só por essa participação, passa também por uma postura democrática efetiva da direção da federação na sua relação interna e com as entidades filiadas.

### **A FENAJUFE PODE MAIS**

A Fenajufe Pode Mais tem compromisso com a participação e a construção de uma gestão mais democrática e respeitosa com os sindicatos de base.

Nos empenhamos na busca de saídas para as dificuldades e agimos com responsabilidade com os interesses maiores da categoria, travando um diálogo franco e respeitoso com todas as forças e todos os sindicatos da nossa federação.

Defendemos um método dife-

rente de fazer política dentro da federação, com respeito a todas as posições e na defesa intransigente da revisão salarial e da continuidade do debate sobre carreira.

Consideramos central a inserção da federação nas questões de saúde do servidor, direitos sindicais, democratização do judiciário, modelos de gestão e orçamento dos ór-

gãos. Defendemos a intensificação da relação com o conjunto dos movimentos sociais e discussão e formulação de políticas relacionadas com o meio ambiente, gênero, raça, orientação sexual e tantos outros temas que, de alguma forma, permeiam o dia a dia da categoria e devem ser pauta permanente. Por tudo isso, afirmamos que A Fenajufe Pode Mais!

## **Coordenação da Fenajufe – Triênio 2010-2013**

### **Coordenação-geral**

Roberto Policarpo – DF  
Saulo Arcangeli – MA  
Zé Oliveira – RS

### **Coordenação de Administração e Finanças**

Ramiro López – RS  
Gérner Márcio Gomes – RO

### **Coordenação Executiva**

Fátima Araújo – DF  
Joaquim Castrillon – SP (15ª Região)  
Ana Luiza Figueiredo – SP  
Antônio dos Anjos Melquiades (Melqui) – SP  
Valter Nogueira Alves – RJ  
Iracema Pompermayer – ES  
Denis Lopez de Souza – RJ  
Evilásio Dantas – PB  
Hebe-Del Kaden Bicalho – MG  
Jean Paulo Loiola Lima – DF  
Pedro Aparecido – MT  
Jacqueline Albuquerque – PE

### **Suplentes**

Cledo Viana – DF  
Alexandre Brandi – MG  
Paulo Falcão – AL  
Cláudio Azevedo – RS  
Marcos Santos – PB  
Luiz Cláudio dos Santos – AM

### **Conselho Fiscal**

#### **Titulares**

Paulo Roberto Rios – MA  
Etur Zehuri – MG  
Lourival Matos – BA

### **Suplentes**

Wilson Barbosa Lopes – RN  
Edilson Ricardo da Silva – DF  
Vera Lúcia Pinheiro dos Santos – RJ

# Fenajufe agora será mais transparente

Fotos: Henri Figueiredo



Posse da nova coordenação: Iracema é a terceira, da esquerda para a direita; Valter é o quarto

**Valter Nogueira Alves**  
**Coordenador-executivo**  
**da Fenajufe**  
**Diretor financeiro**  
**do Sisejufe**  
**Agente de Segurança**  
**– CCJF**

**Ideias** – Qual a importância do Rio de Janeiro estar novamente representado na coordenação da Federação?

**Valter** – A primeira abordagem é a que eleição de um coordenador-geral e dois executivos, além de um coordenador suplente e uma suplente no conselho fiscal, demonstra e fortalece a atuação coletiva do Sisejufe com os sindicatos do Rio Grande do Sul, do Espírito Santo e militantes da Bahia, por exemplo – que constituíram a chapa “A Fenajufe Pode Mais”. Neste contexto,

o sindicato do Rio passa a ter uma participação mais efetiva nas deliberações da categoria em âmbito nacional. Esse crescimento se deu, principalmente, pela postura independente da nossa gestão, que não se veiculou diretamente à maioria que controlava a federação; e muito menos à oposição da Fenajufe PSTU/Conlutas. Na verdade, este grupo conduziu uma política um tanto equivocada em relação as questões da categoria. A partir de agora, vamos trabalhar para que a federação tenha uma pauta voltada para a discussão do Plano de Carreira. E que questões gerais que afetam a categoria de um modo geral, sejam tratadas, conduzidas pela federação e indicada para que os sindicatos conduzam na base.

**Iracema Pompermayer**  
**Coordenadora-executiva**  
**da Fenajufe**  
**Vice-presidente do**  
**Sinpojufes**  
**Vice-presidente da**  
**Fenassoajf**  
**Oficial de Justiça** –  
**Espírito Santo**

**Ideias** – Qual é a diferença da chapa Fenajufe Pode Mais na coordenação e o que vai diferenciar no trabalho em prol da categoria?

**Iracema** – O trabalho e o debate serão mais democráticos e transparentes. Vamos implantar na Fenajufe a construção de debates, de ideias que hoje a gente verifica que não são feitas nas deliberações, e

que não são discutidas com a base. As decisões aconteciam de cima para baixo. A gente também pode enriquecer a difusão de ideias diferenciadas das atuais correntes políticas que atuam hoje na federação, olhando para os movimentos sociais e das pautas específicas da categoria, nos mais diversos segmentos que não tem sido levado em consideração atualmente. O Estado tem grandes lideranças sindicais, muita representatividade na categoria e muita experiência em políticas vitoriosas na categoria e que, precisam ser levadas para o Brasil. Além disso, temos um grande número de sindicalizados e é um dos estados que mais cresce no Brasil.

# Guevara morreu na Bahia

Aqui estou, de volta. Não fui convidado para ir ao 7º Congresso da Fenajufe, em Fortaleza, talvez por não terem gostado da cobertura que eu fiz do congresso anterior, em Gramado. Como diletante colaborador de Ideias passo a relatar os fatos pitorescos ocorridos na capital cearense. O Sisejufe cortou a verba para eu ir nesta cobertura e tive de financiar a perder de vista a minha própria passagem para assistir ao incrível encontro político da categoria do Judiciário Federal.

Disfarçado para não ser reconhecido, já que algumas das pessoas citadas na matéria anterior ainda queriam me matar, fui anotando os fatos. Riam, se forem capazes. Começo pelo fim: na votação do Plano de Lutas, com metade das pessoas dormindo e a outra conversando, foi aprovada, por unanimidade, a seguinte pérola – "O capitalismo está em crise terminal e comete *auto suicídio* financeiro". Tal análise entrará, sem vaselina, para os anais do Congrejufe e já se desdobrou em diversas teses sobre o seu verdadeiro significado. Uma delas dá conta de que *auto suicídio* é um suicídio cometido com automóvel – como um magnata jogando sua Ferrari contra o prédio da Bolsa de Valores. Se for alto, com "I", o bacana de Wall Street estaria se jogando da antena do Empire States.

Mas não parou por aí. Em tese sobre o Movimento Negro havia a seguinte frase: "A Fenajufe deve investir no fortalecimento dos negros e negras". Bem, resta saber se a Fenajufe vai comprar Sustagem ou vai entrar em convênio com alguma academia para que nossos negros e negras tenham barriga de tanquinho. Sugeriram, em seguida, que a Federação deve lutar pela aposentado-



ria por "invalidez integral". Não basta estar todo ferrado, tem que estar integralmente ferrado... Talvez tenham tentado dizer "aposentadoria integral por invalidez".

Teve um companheiro que defendeu que os sindicatos limitem ao máximo seus aparatos e invistam nas ações clandestinas... Por via das dúvidas eu já encomendei na Amazon.ponto.com meu manual da guerrilha e a AK-47... O que serão ações clandestinas? Será que a gente vai montar bomba ou vai fazer assembleia secreta? E se é secreta, como vai ser assembleia? Ainda bem que esta não passou.

Para quem pensa que só reles mortais cometem *ratas*, saiba

esta do grande intelectual do PSTU Valério Arcary. Na mesa de abertura, além de perder as estribeiras e mandar aos gritos um congressista calar a boca, fez a genial comparação: "A diferença dos governos Fegacê e Lula é você pular do 34º andar ou do 23º andar. Do 34º você morre, do 23º só quebra a perna". Como assim? Ou o Valério tá lendo muito Marvel e acredita no Homem-Aranha ou o sujeito do 23º andar vai pular de parapente!

Avançamos também na questão da luta LGBT – afinal, numa tese, se pregava a liberdade para os gays e para a homofobia (!). Oxe, isso é que tese democrática... Libera os gays e os homofóbicos também! Acabou por ser mudada para liberdade

para os gays e luta contra a homofobia.

Para terminar, a cereja do bolo: Guevara morreu na Bahia! Num grupo de discussão, um companheiro, com a estampa de Che Guevara na camiseta, pedia que se aprovasse uma moção de repúdio contra o assassinato de um militante do MST, no interior da Bahia. A menina da mesa olhou para a foto clássica da camiseta e lascou: "Tudo bem, tudo bem, a gente aprova, mas me diz uma coisa... o rapaz que foi morto é esse aí da foto na tua camisa?!".

\*Fulgêncio é alcoólatra, hipocôndrico e escreve de graça para esta página por falta de coisa mais útil que fazer.

# As gordinhas arrebentam na cama

Mariana Mello de Medeiros\*

Aconteceu uma coisa faz pouco tempo que me pôs a refletir. Estava na academia quando duas mulheres mostraram-me uma reportagem cujo título era: “As gordinhas arrebentam na cama”. As mulheres que trouxeram o recorte nas mãos certamente não eram gordas, eram até fininhas, mais do que é considerado normal pelo padrão médico.

A partir daquela cena, elaborei alguns pensamentos: numa hipótese remota, se elas se considerassem magras, estariam imediatamente espalhando que não eram boas de cama, o que representaria uma forma sutil de repelir os assédios masculinos que são frequentes em academias e mais frequentes ainda para elas, visto que, além de magras, eram bonitas, e repelir alguns homens da academia não lhes frustraria os passeios à noite, já que candidatos não deveriam faltar.

Outra hipótese seria se elas se considerassem gordas. A partir daí poderia ser concluído que as mesmas possuem algum distúrbio alimentar e/ou psicológico, como anorexia, visto que qualquer pessoa mentalmente sadia e sem problemas de acuidade visual observaria que as mulheres possuem peso normal, talvez até abaixo. Se, por outro lado, elas estivessem alheias a conceitos de beleza, mostrar a reportagem e se considerarem falsamente (seriam adicionalmente mentirosas) “gordas” para serem colocadas na categoria “boas de cama”, indicaria que as mulheres teriam o objetivo de receber convites para jantar, ou para ir ao cinema, ou qualquer coisa do tipo, por exemplo, dos rapazes da academia.

Se nada disso puder ser aplicado, elas possuem certamente traços de sadismo, já que ao tornarem visível a publicação, fizeram-no inclusive às meninas extremamente magras, que a partir do anúncio, ou sentiram o nível de autoestima desabar, ou um desgosto gigantesco por ainda estarem tentando malhar para ficarem menos magras – já

que nunca seriam gordinhas, visto que esse tipo de magreza parece irreversível – ou simplesmente sentiram sua ira aumentar em índices exponenciais.

Em última análise, se aquelas mulheres não são loucas, ao menos não sabem se portar com responsabilidade e educação em ambientes sociais. É o que me permite pensar a lógica.



por procedimentos que envolvem riscos só para usarem sutiãs tamanho 46 e futuramente colherem as dores ocasionadas pelo volume desproporcional? Não tem como não se pensar em baixa autoestima, pois o desejo de se afirmar como a fêmea dominante é uma necessidade histórica de chamar a atenção. E com que veemência! É praticamente um estupro visual! E qual o objetivo de tudo? Atrair mais machos? E se for, por que razão? E o pior é estabelecer essa loucura como padrão!

Guiar a autoestima pela quantidade de elogios recebidos ou procuras sexuais me parece perigoso, pois é atribuir felicidade ao vai e vem de coisas flutuantes. Além disso, procurar ser desejada por qualquer pessoa é esvaziar o sentido de dignidade humana. Não seríamos seres especiais desde o início? E se somos especiais e únicos, já temos naturalmente um imenso valor. Ou não?

Amar a si próprio, com todas as limitações e “imperfeições”, sem que seja esquecida a possibilidade de mudanças profundas, e não aparentes, é imprescindível para uma vida satisfeita e de paz.

\*Escritora. Técnica Judiciária – Justiça Federal.

# Serrinha: a comunidade resiste!

Fotos: Henri Figueiredo

**“Quero ver quem dança jongo/quero ver entrar na roda/ quero ver quem dança jongo/ quero ver quem vai umbigar!” [Lazir]**

Lucio Sanfilippo\*

Quem olha pros rostos enxerga o sorriso. Quem olha pro corpo percebe a imponência. Quem olha pro bailado sente a ginga, a malemolência que dribla, que se esquivava, resiste e vence. Quem olha pra comunidade, vê o orgulho do trabalho, a autoestima fortalecida, a memória preservada, os caminhos abertos para a cidadania.

Das fazendas de café do Vale do Paraíba até o título de primeiro Bem Imaterial do Estado do Rio de Janeiro, a trilha foi árdua. Primeiro Vovó Maria Joana, Mestre Darcy e Eva Emely reuniram os jongueiros e levaram o jongo pro palcos – o que rende reflexões preconceituosas e um tanto ignorantes por parte de quem não compreende o caráter dinâmico que, graças a ZAMBI, a cultura possui. As crianças, antes impedidas de participar, conquistaram a devida autorização espiritual. Tia Maria do Jongo, Dely, Lazir, Luiza, Anderson, Tiago e Cia. continuam o trabalho até hoje. As comunidades do Rio, do Sudeste inteiro, espelhando-se na Serrinha, resgataram suas origens, sua história. O Jongo se difunde e, por causa disso, se preserva. Porque quem não se conhece não se valoriza porque não compreende. Porque quem conhece se apaixona – porque quem dança o jongo, dança também a história do nosso povo, sua própria produção.

A trajetória do negro no Bra-



sil, desde os navios até os dias de hoje, reflete a capacidade de adaptação, de superação e de reinvenção de si mesmo, sem, entretanto, perder as fronteiras com as boas tradições. Os que sobreviveram ao banzo e aos embates dos quilombos, redimensionaram sua religiosidade e criaram (e recriam até hoje) a cara do nosso país, dando a ele uma identidade cultural tão rica e colorida. O jongo, legado de importância incomensurável dos negros trazidos da região Angola/Congo/Moçambique, cumpre, neste sentido, seu papel de resistência e assistência ao desenvolvimento do ser humano mais crítico e autônomo, porque recupera nos gestos, pontos, toques e sutis nuances, o imaginário, a aura da população do sudeste e, principalmente, do Rio de Janeiro.

A formação na Serrinha é diferente por causa do jongo. A comunidade se reconhece, se

estuda, interage com seus antepassados e suas vidas, envolta num ambiente acolhedor que é a dança e seu aspecto lúdico. A felicidade comanda a festa dos jongueiros que, desde cedo, giram, cantam, tocam e tomam ciência de como viveram seus ascendentes, para, mais tarde, munidos de informação, decidir o que farão com suas próprias vidas, evitando repetir as tristezas e criando com sabedoria formas de compartilhar o amor e as alegrias diárias.

O que fez, o que faz e o que continuará a fazer por nós a Serrinha, está muito bem sintetizado na obra-prima de Nei Lopes e Wilson Moreira – um paralelo entre a cultura do jongo e a do café: “Mesmo usados, moídos, pilados, vendidos, trocados, estamos de pé/Olha nós aí, meu irmão café”.

Axé!

\*Cantor e compositor.

# Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!

Rosane Silva\*

Durante os dias 8 a 18 de março deste ano cerca de três mil mulheres de todos os estados brasileiros mostraram sua força, organização e ousadia. Sob o lema “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”, as mulheres colocaram-se na estrada, em marcha, de Campinas a São Paulo, concretizando no Brasil a 3ª Ação Internacional da Marcha Mundial de Mulheres (MMM).

A CUT atua na MMM desde seu início, há mais de dez anos, porque compreende que para alterar a vida das mulheres trabalhadoras e fazer a disputa de um modelo de sociedade baseado na igualdade entre homens e mulheres, a aliança com os movimentos feministas é fundamental.

Desde o princípio desta 3ª Ação, construímos nacionalmente uma agenda conjunta com a MMM, participando da totalidade da construção desta marcha, desde sua formulação política até sua visibilidade. Nesta Ação, várias trabalhadoras CUTistas estiveram presentes, vindo representar seus sindicatos, Confederações, Federações e CUT's Estaduais. A vitoriosa participação destas verdadeiras guerreiras foi uma demonstração da nossa capacidade de mobilização e compreensão de que somente com muita luta que conseguiremos alterar a vida das mulheres trabalhadoras.

A ação teve sua plataforma

política construída baseada em quatro eixos. Um deles refere-se ao direito das mulheres ao trabalho e à autonomia econômica, e está fundamentando a partir das pautas das lutas que nós travamos cotidianamente em nossas entidades CUTistas.

Ao mesmo tempo em que consideramos uma conquista a crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho formal, de-

nunciamos a persistência da divisão sexual do trabalho que continua responsabilizando somente as mulheres pelo trabalho de cuidados com a família e doméstico, e a imensa desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mundo do trabalho.

Levamos para as ruas nossas reivindicações por igualdade salarial entre homens e mulhe-

res, pela ampliação da licença maternidade e paternidade, pela ratificação da Convenção 156 sobre responsabilidades compartilhadas, pela garantia de creches públicas, pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, pela valorização do salário mínimo e pela extensão de todos os direitos trabalhistas às trabalhadoras domésticas.

Um ponto que merece grande destaque desta Ação foi o fato de que mais do que demonstrar que as mulheres têm capacidade de se auto-organizar e construir um movimento que ao mesmo tempo em que denuncia o machismo e o capitalismo, constrói cotidianamente novos valores na sociedade, foi a convicção de que a auto-organização das mulheres é condição fundamental para a construção do feminismo, de que somos nós mulheres os sujeitos ativos na transformação de nossas vidas e da sociedade.

O feminismo que reivindicamos é aquele em que as mulheres trabalhadoras, do campo e da cidade, as indígenas, as quilombolas, as lésbicas, as estudantes, as negras, as jovens, adultas e idosas, todas nós mulheres sejamos parte. Parte significativa do que nos faz afirmar que esta Ação foi vitoriosa é que durante estes dez dias, mesmo passando por situações difíceis e precárias, comprovamos que é possível construirmos unidade e solidariedade entre nós, respeitando toda essa nossa diversidade.

Ao mesmo tempo em que



Nas fotos de João Zinclar, o andamento da marcha. Acima, as manifestantes em Campinas. Na página ao lado, no alto, a marcha em Valinhos. Ao lado, embaixo, atravessando um túnel, em Campinas.



trouxemos nossas contribuições para o conjunto da Marcha, especialmente com nossa formulação sobre as mulheres e o mundo do trabalho, a programação da Ação possibilitou aprofundar nossa formação sobre temas caros ao movimento feminista.

O debate sobre a legalização do aborto, marcado por depoimentos emocionantes, mostrou o quanto este é um tema que precisa ser amplamente discutido com muita atenção e sem preconceitos. Não aceitamos

que nenhuma mulher seja criminalizada ou morra por precisar interromper uma gravidez não desejada. Reafirmamos nossa posição de que o direito das mulheres de decidirem sobre seu corpo e seu destino precisa ser garantido.

Em 2010, completamos um século desde que as mulheres socialistas reunidas aprovaram a proposta do Dia Internacional das Mulheres. A memória desse dia de luta esteve presente nas mobilizações desse ano. A presença da médica cubana

**A CUT atua na MMM desde seu início, há mais de dez anos, porque compreende que para alterar a vida das mulheres trabalhadoras e fazer a disputa de um modelo de sociedade baseado na igualdade entre homens e mulheres, a aliança com os movimentos feministas é fundamental.**

Aleida Guevara, filha do revolucionário Che Guevara, em nossa Ação reforçou o caráter internacional da nossa luta e da nossa afirmação que não há socialismo sem feminismo, nem feminismo sem socialismo.

A construção de uma plataforma feminista no interior do movimento sindical, assim como a presença permanente das pautas do mundo do trabalho no movimento feminista, é tarefa de todas e todos que desejam uma sociedade livre do machismo e do capitalismo. A disputa de concepção de sociedade que a CUT faz deve se pautar na certeza da necessidade de mudanças profundas na estruturação da

sociedade para garantir a igualdade para as mulheres.

Neste sentido, dando consequência às nossas lutas, convocamos todas as trabalhadoras CUTistas a novamente estarem presentes de forma atuante em duas próximas atividades: a Plenária Nacional da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), em 31 de maio, e a Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora em 1º de junho. É com garra e unidade dos homens e mulheres da classe trabalhadora que construiremos um mundo onde todas nós sejamos de fato livres!

\*Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora – CUT



# CUT amplia liderança no Brasil

**Central Única dos Trabalhadores é a maior em número de brasileiros sindicalizados: 38,23%. As outras cinco, somadas, têm 40%**

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) mantém liderança disparada no índice de representatividade das centrais sindicais. De todos os trabalhadores e trabalhadoras filiados a algum sindicato no Brasil, 38,23% são filiados a entidades CUTistas. A segunda colocada, a Força Sindical, é quase três vezes menor, tendo 13,71% dos sindicalizados. Os dados fazem parte de



Foto: Henri Figueiredo

Manifestação em frente à Vale: até a Conlutas aderiu ao ato da CUT

relatório divulgado recentemente pelo Ministério do Trabalho.

Continuar sendo a maior já é uma notícia e tanto, mas as boas novas vão além. A CUT foi a central que mais cresceu no ano passado. Comparada a 2009, a CUT aumentou seu índice de representatividade em 1,44 ponto percentual (veja quadro abaixo). Sozinha, a CUT representa quase a soma de todos os sindicali-

zados filiados às outras centrais que, juntas, detêm 40,18%.

“Isso comprova o acerto de nossa estratégia: autonomia, independência, mobilização e, também, a coragem de não ser omissa, de ter lado, de se posicionar nas grandes disputas”, avalia o presidente da Central, Artur Henrique. “O resultado também cala aqueles que diziam que a CUT ia diminuir em fun-

ção de seu posicionamento frente ao governo Lula”, completa.

A representatividade também reflete um critério mais amplo de aferição. Em lugar do número de sindicatos - índice em que a CUT também é líder, com 33% - o percentual de representatividade oficial é baseado no número de brasileiros sindicalizados. Assim, o que vale realmente não é quantos sindicatos cada central tem, mas sim quantos brasileiros estão na base.

“O crescimento do índice oficial de representatividade da CUT é fruto da ação de nossos sindicatos de base, que realizam campanhas salariais aguerridas, que trazem conquistas para os trabalhadores e trabalhadoras, e que vão além das questões economicistas, fazendo uma disputa de um novo projeto de sociedade e de um outro modelo de desenvolvimento”, destaca Denise Motta Dau, secretária nacional de Relações do Trabalho.

## CUT tem praticamente o mesmo número de associados que as outras cinco juntas

Diferentemente do que se pode supor, o número de trabalhadores filiados a sindicatos aumenta no Brasil. Reflexo da retomada do emprego e das conquistas salariais de diferentes categorias no segundo semestre de 2009, os sindicatos ampliaram sua base de filiados e, consequentemente, fortaleceram as centrais sindicais.

De acordo com dados do Ministério do Trabalho publicados no Diário Oficial da União, as seis centrais (CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST e CGTB) reconhecidas pelo governo aumentaram ou mantiveram sua representatividade entre 2008 e 2009, tendo a Central Única dos Trabalhadores (CUT) registrado a maior alta, de 1,44%.

“O que nos chama a atenção”, diz Artur Henrique, presidente da CUT, “é que havia uma ideia pré-concebida de que não só o movimento sindical estava se esvaziando, mas que

principalmente a CUT perdia espaço entre as centrais”.

Segundo Henrique, em entrevista ao Valor concedida hoje à tarde, os dados do Ministério são “oportunos” por demonstrarem “o que realmente importa”, isto é, “não se trata de repartição de dinheiro ou poder, mas tamanho da base sindical que cada central têm”.

A CUT, com 3.423 sindicatos e quase 7 milhões de filiados, lidera a lista do Ministério, com 38,23% de representatividade – pouco menos que os 40,18% computados na soma das outras cinco centrais.

A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), que aumentou sua representatividade em 1,43% no ano passado, ultrapassou a União Geral dos Trabalhadores (UGT) nos dados globais, consolidando a terceira colocação, atrás de CUT e Força Sindical (13,7%). Com 7,55% e

7,19%, CTB e UGT, respectivamente, ocupam posições bem distintas no momento de repartição do dinheiro arrecadado com a contribuição sindical – enquanto a UGT embolsou R\$ 13 milhões no ano passado, a CTB, mais representativa, recebeu R\$ 4 milhões do governo.

Disparidade semelhante ocorre entre CUT e Força. Ainda que com menos da metade da representatividade, a Força Sindical recebeu apenas R\$ 3 milhões menos que a CUT em 2009. Os repasses do imposto sindical às duas, por outro lado, é o maior: a CUT recebeu R\$ 26 milhões e a Força Sindical pouco mais de R\$ 23 milhões, no ano passado.

A diferença entre representatividade e pedaço do bolo financeiro recebido do governo se dá na formação do imposto sindical. “Somos uma central forte em sindicatos de funcionários públicos e trabalhadores rurais, categorias que não contribuem

com imposto sindical”, explica Henrique.

Assim, outras centrais, como a Força, formadas em sua maior parte por sindicatos de empresas privadas e em centros urbanos, contam com parcelas maiores do imposto sindical. “Por isso temos uma liderança mais folgada quando o assunto é número de trabalhadores sindicalizados, mas é mais apertada quando olhamos o montante que chega do imposto sindical”, diz.

Fontes do movimento sindical afirmam que o maior repasse à Força – que saltou de R\$ 17 milhões, em 2008, para R\$ 23 milhões, em 2009 – se dá graças a ação da entidade em categorias com expressivo número de trabalhadores, como metalúrgicos. Para Henrique, “o imposto sindical, quando acabar, vai levar consigo centrais que filiam sindicatos fantasma ou de gaveta”. [Fonte: Valor Econômico]

# CONGRESSO APROVA REGULAMENTAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO

Foto: Henri Figueiredo

Enviados pelo Executivo em 2008, os textos da Convenção nº 151 e da Recomendação nº 159, ambas da Organização Internacional do Trabalho, foram aprovados em caráter terminativo pelo Senado Federal na última quinta-feira, com ressalvas. Agora os textos seguem para a promulgação do Presidente do Congresso Nacional e publicação no Diário Oficial da União.

Quando isso ocorrer, o País terá regulamentado o processo de negociação coletiva nas três esferas de poder – federal, estadual e municipal. Isso significa que as relações trabalhistas entre os sindicatos que representam os servidores públicos e as entidades governamentais passarão a ser regidas por um tratado jurídico internacional, ratificado pelo Legislativo brasileiro, em que são estabelecidas bases claras para a negociação.

A Convenção 151 foi assinada em 1978 por vários países, entre eles o Brasil, mas até hoje não tem valor, por faltar a regulamentação por um projeto de lei



Maioria cutista: votação que manteve a Fenajufe filiada à CUT por 68% dos votos, em Fortaleza

específico, enviado pelo Executivo, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal.

Depois de um processo iniciado no primeiro governo Lula, quando a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento criou a Mesa Nacional de Negociação Permanen-

te – um canal de discussões com os representantes dos servidores federais, formalmente instituído – chegou-se a uma proposta de consenso que possibilitou ao Governo Federal enviar, em 14 de fevereiro de 2008, a proposta de regulamentação agora aprovada.

No texto final do projeto, ficou definido que “são sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão das referidas Convenção e Recomendação”.

[Fonte: Site Servidor]

## Nota de repúdio ao assassinato de Pedro Alcântara

### Pelo fim das práticas antissindiciais e as mortes no campo

O Comando de Combate às Práticas Antissindiciais formado pela CUT, UGT, Força Sindical, CTB, CGTB e NCST, desde 2008 vêm lutando de forma unitária para levar a discussão do combate às práticas antissindiciais nos diversos níveis da sociedade, envolvendo também os órgãos de governo como Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Geral do Trabalho, Se-

cretaria Especial de Direitos Humanos e outras entidades como DIEESE e ACTRAV/OIT.

Não foi por acaso que em dezembro do ano passado, realizamos um Seminário em Belém do Pará com a presença de dirigentes das centrais nacionais e regionais, Superintendência Regional do Trabalho, Procuradoria Geral do Trabalho, Secretaria Especial de Direito Humanos, DIEESE e ACTRAV/OIT, pois as denúncias de abusos contra dirigentes sindicais, inclusive com ameaças de morte é grande naquele estado.

Infelizmente o dirigente da

Fetraf-PA, Pedro Alcântara foi assassinado a tiros por dois homens em uma motocicleta, enquanto caminhava com a esposa na última quarta-feira, 31 de março.

Isto só reforça a necessidade da união do movimento sindical para que juntos possamos promover ações de combate às práticas antissindiciais no Brasil, principalmente às que atentam contra a integridade física e à vida de dirigentes e ativistas sindicais. Cobraremos da Justiça, do Ministério Público do Trabalho e das autoridades competentes que este crime e outros

que já ocorreram não fiquem impunes.

É inadmissível que em uma sociedade democrática, as relações de trabalho, autonomia e liberdade sindical previstas em nossa Constituição sejam barbaramente descumpridas.

Nossas condolências aos familiares de Pedro Alcântara.

São Paulo, 1º de abril  
de 2010

Comando de Combate às  
Práticas Antissindiciais

# Lição por linhas tortas

**A tese central do papa Ratzinger que cansei de ouvir em suas conferências e aulas vai por água abaixo**

Leonardo Boff\*

O levantamento dos padres pedófilos em quase todos os países da cristandade católica está ainda em curso, revelando a extensão desse crime que tantos prejuízos tem provocado em suas vítimas. É pouco dizer que a pedofilia envergonha a Igreja. É pior. Ela representa uma dívida impagável com aqueles menores que foram abusados sob a capa da credibilidade e da confiança que a função de padre encarna. A tese central do papa Ratzinger que cansei de ouvir em suas conferências e aulas vai por água abaixo. Para ele, o importante não é que a Igreja seja numerosa. Basta que seja um “pequeno rebanho”, constituído de pessoas altamente espiritualizadas. Ela é um pequeno “mundo reconciliado” que representa os outros e toda a humanidade. Ocorre que dentro desse pequeno rebanho há pecadores criminosos e é tudo menos um “mundo reconciliado”. Ela tem que humildemente acolher o que dizia a tradição: a Igreja é santa e pecadora e é uma “casta meretriz”. Não é suficiente ser Igreja. Ela tem que trilhar, como todos, pelo caminho do bem e integrar as pulsões da sexualidade que já possui 1 bilhão de anos de memória biológica para que seja expressão de enternecimento e de amor e não de obsessão e de violência contra menores.

O escândalo da pedofilia se constitui num sinal dos tempos atuais. Do Vaticano II (1962-1965) aprendemos que cumpre identificar nos sinais uma interpelação que Deus nos quer transmitir. Vejo que a interpelação vai nesta linha: está na hora de a Igreja romano-católica fazer o que todas as demais Igrejas fizeram: abolir o celibato imposto por lei eclesiástica e liberá-lo para aqueles que veem sentido nele e conseguem vivê-lo com jovialidade e leveza de espírito. Mas essa lição não está sendo tirada pelas autoridades romanas. Ao contrário, apesar dos escândalos, reafirmam o celibato com mais vigor.

Sabemos como é insuficiente a educação para a integração da sexualidade no processo de formação dos padres. Ela é feita longe do contato normal com

as mulheres, o que produz certa atrofia na construção da identidade. As ciências da psique nos deixaram claro: o homem só amadurece sob o olhar da mulher e a mulher sob o olhar do homem. Homem e mulher são recíprocos e complementares. O sexo genético-celular mostrou que a diferença entre homem e mulher, em termos de cromossomos, se reduz a apenas um cromossomo. A mulher possui dois cromossomos XX e o homem, um cromossomo X e outro Y. Donde se depreende que o sexo-base é o feminino (XX), sendo o masculino (XY) uma diferenciação dele. Não há, pois, um sexo absoluto, mas apenas um dominante. Em cada ser humano, homem e mulher, existe “um segundo sexo”. Na integração do *animus* e da *anima*, vale dizer, das dimensões de feminino e de masculino presentes em cada um, se gesta a maturidade sexual.

Essa integração vem sendo dificultada pela ausência de uma

das partes, a mulher, que é substituída pela imaginação e pelos fantasmas que, se não forem submetidos à disciplina, podem gerar distorções. O que se ensinava nos seminários não é sem sabedoria: quem controla a imaginação, controla a sexualidade. Em grande parte, assim é. Mas a sexualidade possui um vigor vulcânico. Paul Ricoeur, que muito refletiu filosoficamente sobre a teoria psicanalítica de Freud, reconhece que a sexualidade escapa ao controle da razão, das normas morais e das leis. Ela vive entre a lei do dia, em que valem as regras e os comportamentos estatuídos, e a lei da noite, em que funciona a pulsão, a força da vitalidade espontânea. Só um projeto ético e humanístico de vida (o que queremos ser) pode dar direção a essa dialética e transformá-la em força de humanização e de relações fecundas.

Nesse processo o celibato não é excluído. Ele é uma das opções possíveis que eu defendo. Mas o celibato não pode nascer de uma

Foto: Oliviero Toscani



Nos anos 90, a marca italiana Benetton polemizou com o Vaticano ao questionar o celibato

**Está na hora de a Igreja romano-católica fazer o que todas as demais Igrejas fizeram: abolir o celibato imposto por lei eclesiástica e liberá-lo para aqueles que veem sentido nele e conseguem vivê-lo com jovialidade e leveza de espírito**



## O celibato não pode nascer de uma carência de amor, ao contrário: deve resultar de uma superabundância de amor a Deus que transborda para os que estão a sua volta

carência de amor, ao contrário: deve resultar de uma superabundância de amor a Deus que transborda para os que estão a sua volta.

Por que a Igreja romano-católica não dá um passo e abole a lei do celibato? Porque é contraditório com a sua estrutura. Ela é uma instituição total, autoritária, patriarcal e altamente hierarquizada. Ela abarca a pessoa do nascimento à morte. O poder conferido ao papa, para uma consciência cidadã mínima, é simplesmente tirânico. O cânon 331 é claro. Trata-se de um poder “ordinário, supremo, pleno, imediato e universal”. Se riscarmos a palavra papa e colocarmos Deus, funciona perfeitamente. Por isso se dizia: “O papa é o deus menor na terra”. Uma

Igreja que coloca o poder em seu centro fecha as portas e as janelas para o amor, a ternura e o sentido da compaixão. O celibatário é funcional para esse tipo de Igreja.

O celibato implica cooptar o sacerdote totalmente a serviço, não da humanidade, mas desse tipo de Igreja. Ele só deverá amar a Igreja. Enquanto essa lógica perdurar, não esperemos que a lei do celibato seja abolida. Ele é muito cômoda para ela.

Mas como fica o sonho de Jesus de uma comunidade fraterna e igualitária? Bem, isso é um outro problema, talvez o principal.

\*Teólogo, escritor e professor emérito de Ética da UERJ.

# Manual para escrever simples

Rodrigo Otávio\*

“Dicionário de Politiquês”, de Vito Gianotti e Sérgio Domingues, é o novo lançamento da Editora NPC. São cerca de 3,5 mil verbetes traduzidos para a linguagem da maioria, aquela que passou no máximo oito anos na escola e é o público alvo dos militantes de esquerda.

O objetivo da obra é simplificar a linguagem para a compreensão da mensagem, essa sim, o prato principal da comunicação. “Qualquer dicionário é usado para aprender a usar tal termo, tal palavra. Pois este dicionário deve ser usado exatamente para o contrário. Para aprender a como não usar tal palavra e substituir por outra”, diz Gianotti.

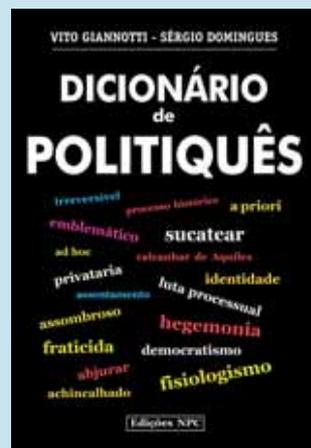
Assim, nas 285 páginas de consulta do livro, HEGEMÔNICO é exemplificado em uma situação, “nosso partido tem uma situação HEGEMÔNICA”, e traduzido, “nosso partido é o MAIS FORTE”. CONSECUTIVO, apresentado na frase “foi uma decisão CONSECUTIVA ao encerramento da greve”, vira “foi uma decisão QUE VEIO LOGO EM SEGUIDA ao encer-

ramento da greve”. Em “existe um HIATO entre o querer e o poder”, o vocábulo é substituído e lê-se “existe uma GRANDE DIFERENÇA entre o querer e o poder”.

O lançamento de “Dicionário de Politiquês” no Rio, será no dia 28 de abril, às 19h, no Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro (Av. Rio Branco, 277/401 – Centro). Durante o lançamento haverá debate sobre o tema com os autores, o educador Gaudêncio Frigotto, os MC’s Gas-PA e Leonardo, e a jornalista Gizele Martins. Após o Rio, haverá lançamentos em Viçosa (MG), Natal (RN), Recife (PE) e Brasília em maio; Belo Horizonte (MG), Florianópolis (SC) e Londrina (PR) em junho, e São Paulo (SP) em julho.

O livro é vendido unitariamente ou em pacotes para entidades. O preço do exemplar é R\$ 30. No pacote de dez exemplares, sai por R\$ 28. No de 20, R\$ 25. No de 50, R\$ 23, e no pacote com 100 unidades cada uma sai por R\$ 20. Encomendas na página <http://piratininga.org.br/>.

\*Rede Nacional de Jornalistas Populares (Renajor).



# Emir Sader apresenta Karl Marx

Fotos: Henri Figueiredo

Na noite de 12 de abril, a CUT Rio, em parceria com o Sisejufe, deu início ao curso de Formação Política “Marxismo(s)”. A aula inaugural foi ministrada por Emir Sader, sociólogo, pesquisador e professor da Uerj. O tema da conferência foi “A atualidade de Marx e do Marxismo: história, teoria e política”. Sader acaba de lançar, pela editora Boitempo, a coletânea de artigos “Brasil – Entre o passado e o futuro”, co-organizada por Marco Aurélio Garcia. O sociólogo, um dos nomes mais respeitados na esquerda da América Latina, prendeu a atenção da plateia de sindicalistas por aproximadamente 40 minutos numa apresentação didática e bem-humorada que passeou por tópicos da obra do filósofo Karl Marx dentro de uma contextualização bastante contemporânea. Ideias em Revista traz para você breves trechos da conferência. A íntegra está disponível no portal de internet do Sisejufe. [Henri Figueiredo]



“Hoje a própria direita reconhece, com a crise econômica, que a capacidade de análise de Marx com relação ao capitalismo continua sendo insuperável; a própria ideia de crise capitalista é um conceito diretamente ligado a forma de Marx entender o capitalismo. O método de Marx é insuperável. Pode-se tirar conclusões diferentes sobre o tipo de socialismo, sobre a forma de luta, tipo de partido e tipo de sociedade que a gente quer. Mas como instrumento de análise, Marx é insuperável – produziu uma teoria que ajuda a entender a realidade, mas não é de fácil compreensão.

Foi uma tragédia para a esquerda mundial e brasileira a separação entre elaboração teórica e a prática política. Com a elaboração teórica, o foco é a universidade; e com a prática política, o Parlamento. Uma força política, como um partido, tem que articular as duas vertentes. Não dá para transformar o mundo sem compreender o que é esse mundo, sem debater,

sem elaborar. Não há razão sem paixão, não há reflexão consequente sem ação, não há pensamento que capte a realidade sem capacidade de transformação. O grande julgamento sobre se o pensamento é correto ou não para entender a realidade é no que ele desemboca, qual é a proposta? Qual é o projeto? Onde é que nós vamos acumular forças? Como é que nós vamos sair da realidade atual? A maneira de fazer denúncia tem que ser um instrumento para a gente chegar a uma plataforma de luta: com quem a gente conta? Para que a gente luta? Em que etapa da luta estamos?

O marxismo representou uma revolução no plano teórico e apontou para uma revolução no plano prático. Marx disse na décima primeira tese sobre Feuerbach: os filósofos até aqui interpretaram o mundo de diferentes maneiras, mas do que se trata é de transformá-lo. As teorias são quadros, como se fossem uma fotografia. Já o marxismo

não quer ser uma pintura a mais da realidade, quer ser uma teoria que capte a realidade de suas entranhas e que, por isso, seja um instrumento de transformação da realidade. Não por acaso, os primeiros teóricos – o próprio Marx, Engels, Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo – eram dirigentes revolucionários, porque marxismo quer ser isso, quer ser instrumento de análise e de transformação do mundo.

Hegel e Marx vão resgatar a ideia de contradição para o pensamento como inerente à própria realidade. Quando eu entendo a realidade é que eu compreendo a contradição,

que organiza a realidade. Entender o capitalismo, é entender a contradição entre burguesia e proletariado. São contraditórios já que têm interesses totalmente opostos entre si e só existem um na luta contra o outro. Eu compreendo uma sociedade quando eu entendo as contradições que a move. A sociedade é organizada em torno de contradições e a história do Brasil é a história das contradições sociais, entre os interesses opostos. A contradição, a dialética, serve para entender justamente o movimento das coisas, a história e o homem.



Aula inaugural: plateia de sindicalistas no curso de formação

## Trabalhador cria, capitalista se apropria

Quem cria riqueza é o trabalhador, quem se apropria da riqueza é o capitalista. É por isso que a gente sabe, na prática, que de tudo que um trabalhador produz, o que ele receberá apenas para ele se manter. Enquanto um capitalista acumula capital. Assim o capitalista tende a ter mais riqueza. O trabalhador apenas o suficiente para sobreviver e se reproduzir, para ele ter a sua força de trabalho e condições de trabalhar no dia seguinte. A maioria esmagadora da humanidade vive para trabalhar. Essa história do fim do trabalho é bobagem, o que houve foi uma desregulamentação do trabalho. A maioria esmagadora da humanidade vive para o trabalho e vive do trabalho. O que ganha: ganha a remuneração do trabalho. No entanto, o trabalhador não tem consciência disso, não tem escolha de onde trabalhar.

A coisa mais importante num homem é a capacidade de trabalho, mas trata-se de um trabalho alienado: é algo que o homem faz não porque quer fazer. Mas porque é preciso e acaba se tornando algo indesejável. Diz Marx que se perguntar para um trabalhador o que ele quer, ele vai dizer exatamente aquilo mais especificamente biológico: eu quero dormir, eu quero comer,

quero ter relações sexuais, quero não fazer nada, que é tudo que a gente tem em comum com o animal. O animal também é assim. Porque o que é especificamente nosso, que é o trabalho, está descaracterizado e se torna indesejável, como uma força exterior coativa contra o homem.

## O capitalismo é feito de crises

O capitalismo é feito de crises, mas não é que todo tempo ele está em crise. O período atual é de estagnação. Alguns falam de crise de superprodução ou de subconsumo. O que interessa é que, na crise, o que acontece? As prateleiras ficam cheias, o trabalhador não tem dinheiro e ainda é mandado embora. Então, aumenta mais ainda o desequilíbrio entre a produção e o consumo. O neoliberalismo considera que, quanto menos regras, normas, leis, regulamentos mais a economia vai crescer. Essa era a mentira que se contava: quanto melhor for para o rico, melhor é para o pobre. Se deixou o capitalista investir aonde ele bem entendeu, o que aconteceu? O dinheiro não foi para a produção, foi para a especulação financeira.

O capital não é feito para produzir, ele é feito para ganhar, para acumular riqueza. Aonde ele ganha mais? Claro, é na bolsa de valores. Então, não é que temos o capitalista produtivo

que é o bonzinho e o capitalista ruim que é o especulativo, não. Toda a grande empresa, como a Votorantim do Antônio Ermírio de Moares, tem um banco. Ela ganha mais dinheiro com o banco do que com o cimento, porque está incentivando a especulação com uma taxa de juros alta. O neoliberalismo representa isso: a hegemonia saiu do setor produtivo e passou para o setor financeiro.

## Por que saímos da crise?

Agente saiu da crise justamente porque andou na contramão do neoliberalismo, porque o governo Lula manteve as políticas sociais, recuperou o nível de emprego, investiu mais fortemente, tirou imposto para poder intensificar o consumo. Nós, hoje, temos uma política internacional de diversificar os investimentos. Pela primeira vez, o centro do capitalismo continua em crise e o Sul do mundo saiu da cri-

se. É uma novidade com as demandas da China, com o intercâmbio que a gente faz – isso não existia. Se os Estados Unidos entrassem em crise, todo mundo chorava. As demandas deles eram fundamentais. Agora, o principal parceiro internacional do Brasil é a China e não os Estados Unidos. Pela primeira vez, o povo não pagou o preço mais caro da crise como se pagava antes.

Por isso, a América Latina está na vanguarda em relação ao mundo. Os cinco presidentes que foram no Fórum Social Mundial de Belém, no começo do ano passado, eram latino-americanos e todos marginais da política tradicional. Um arcebispo paraguaio ligado ao movimento de camponeses; um mulato venezuelano, que roubou da elite branca a empresa de petróleo; um líder indígena boliviano; um intelectual crítico equatoriano; e um líder sindical brasileiro. Todos tentando construir alternativas. ”

**Organizado pela Secretaria de Formação da CUT Rio, o curso Marxismo(s) acontece entre os dias 12 de abril e 26 de julho de 2010 (sempre às segundas-feiras), com módulo único, aulas semanais, das 19h às 22h, com total de 45 horas aulas. A participação é aberta mas as vagas são limitadas. Inscrições pelo e-mail [formacao@sisejufe.org.br](mailto:formacao@sisejufe.org.br)**



Lúcia Reis (CUT Nacional), Sader, Ponciano (secretário de Formação da CUT) e Igayara, presidente da Central

## Núcleo de Portadores de Deficiência

### Câmara aprova aposentadoria especial para pessoas com deficiência

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto que trata da aposentadoria especial para pessoas com deficiência, em 14 de abril. Pelo texto, o prazo de contribuição para que deficientes possam se aposentar pode ser reduzido em até dez anos, dependendo do grau de deficiência. O prazo de contribuição por idade também será reduzido. A proposta agora será encaminhada ao Senado para análise. A matéria agora vai passar pelo Senado.

Pelo texto, quem tem deficiência considerada leve terá uma redução de cinco anos neste prazo, quem apresenta deficiência moderada contribuirá oito anos a menos e quem tem deficiência grave terá prazo dez anos menor para a aposentado-

ria com base no tempo de contribuição. No caso da aposentadoria por idade, cai de 65 para 60 entre os homens e de 60 para 55 entre as mulheres a idade para a aposentadoria desde que seja cumprido um tempo mínimo de 15 anos de contribuição. Será necessário também comprovar que a deficiência existe há 15 anos para se conseguir a aposentadoria especial por idade.

Autor da proposta, o ex-deputado Leonardo de Mattos disse que aprovação do projeto é uma questão de justiça para as pessoas com deficiência. “É um projeto fundamental para pelo menos 100 mil pessoas com deficiência que estão aguardando, e muitas vezes trabalhando sem condições, ameaçados de se aposentar por invalidez”. O benefício, na opinião de Mattos, será uma compensação pelo desgaste físico e psicológico das pessoas com deficiência que estão no mercado de trabalho. [Fonte: ICEP Brasil]

### Presidente do TRF se compromete com a luta dos deficientes visuais

Em reunião com os diretores sindicais Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Mariana Liria, Valter Nogueira Alves e Ricardo de Azevedo Soares, e também o representante de base Ronaldo das Virgens, na quinta, 25 de março, o presidente do TRF2 Paulo do Espírito Santo, ouviu a reivindicação dos deficientes visuais por um sistema processual mais acessível. Ele colocou como prioritária a questão da acessibilidade – e o fez em ligação telefônica com o diretor de informática do Tribunal. “O desembargador reconheceu que

a situação é inadmissível e disse que os deficientes visuais terão seu pleito atendido”, disse Ricardo de Azevedo Soares, diretor responsável pelo Núcleo de Pessoas com Deficiência do sindicato. “Tivemos uma boa impressão do presidente e, por enquanto, estamos satisfeitos com suas palavras”, comentou Dulavim, diretor que integra o Departamento Jurídico do Sisejufe. Desde dezembro de 2009, os deficientes visuais estão sem acesso aos processos em tramitação na Justiça Federal de 1ª Instância por conta de uma alteração introduzida no sistema processual daquele órgão. De lá para cá, o Sisejufe se fez presente na luta dos deficientes por uma acessibilidade plena. [Da Redação.]

## NAS

### Agentes de Segurança: fim do desvio de função no TRT14

Mais uma decisão de Tribunal favorável aos agentes de segurança, dando um duro golpe na prática do desvio de função. Desta vez foi o TRT14, de jurisdição nos estados de Rondônia e Acre. Esperamos que este novo exemplo sirva de “norte” no entendimento das administrações dos demais Tribunais contra o nefasto e perverso desvio de função.

O Tribunal Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, no julgamento do processo: 00483.2009.000.14.00-2, em 15 de dezembro de 2009, decidiu pelo provimento de recurso administrativo contra o desvio de função de agentes de segurança daquele regional.

Enviado ao Ministério Público, este se pronunciou no sentido de “Encaminhado o processo à Procuradoria-Geral da União em Rondônia, esta não contrapôs os argumentos dos interessados, manifestando-se no sentido de que o Ato Administrativo que altera função de servidor público é ilegal e inconstitucional, e, ainda, que o desvio de função viola princípios constitucionais, conforme disposto no art. 37 da Constituição Federal, além de violar o princípio do concurso público, previsto no inciso II do mesmo artigo. Por outro norte, afirma que a Administração poderá utilizar-se da norma Constitucional prevista no art. 41, § 3º (fls. 88/91)”. E “O Ministério Público, opina pelo conhecimento e provimento dos recursos, ao fundamento de que a Administração não pode descumprir a Constituição a pre-

texto de cumprir norma infraconstitucional.”

O voto foi baseado no art. 37, II, da Constituição de 1988, *in verbis* “II - A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.”

Também fundamentou a decisão o que preconiza A Lei n. 8.112/1990 também proíbe o desvio de função, conforme abaixo descrito abaixo: “Art. 117. Ao servidor é proibido:

I ao XVII ... (omissis);  
XVIII – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.”

Acrescentando ainda que “Nesse diapasão, não pode um servidor público exercer as atividades inerentes a um cargo diferente do seu ou ocupar outro cargo que não seja pela participação de concursos de provas ou provas e títulos, por encontrar óbices intransponíveis no ordenamento jurídico.

Quanto à conclusão, aquele Tribunal escreveu “Dessa forma, dou provimento no sentido dos recorrentes exercerem o cargo para o qual prestaram concurso público, ou seja, Técnico Judiciário, Área: Administrativa – Especialidade: Segurança, com a concessão da Gratificação de Atividade de Segurança – GAS no índice de 35%, conforme estabelecido no § 1º do Art. 17 da Lei n. 11.416/2006, ficando a critério da Administração o local da necessidade de lotação. [Enviada pelo diretor sindical Nilton Pinheiro]

### Coletivo Estadual da CUT de Igualdade Racial e combate Racismo realiza encontro

Nos dias 27 e 28 de abril, na sede da CUT Rio (Presidente Vargas, 502 15º andar) o Coletivo Estadual da CUT de Igualdade Racial e combate ao Racismo realiza encontro com a participação dos Conselhos de Direitos do Negro e dos órgãos PIR-, Ceppir/MRJ; Cedine; Com-

dedine e Comdedinepir (Duque de Caxias, Nova Iguaçu e outros municípios). O encontro terá debates políticos sobre a plataforma da classe trabalhadora na perspectiva da população negra; elaboração de estratégias e plano para inserção das demandas do movimento negro CUTtista; e, também, sessão de vídeos sobre a reserva de vagas para negros (cotas) no ensino superior e políticas afirmativas para negro(a)s – com comentários e debate. [CUT Rio]

## NOJAF

### Oficiais de Justiça discutem Dirfo, CPC e PLP 554

O Núcleo de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Nojaf) realizou na sede do sindicato, em 16 de março, reunião com a presença de 22 servidores para discutir a atuação da Direção do Foro (Dirfo) e o desdobramento da Reforma do Código de Processo Civil (CPC).

O principal ponto de discussão foi a atual ação da Dirfo da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ), que segundo relatos, tem promovido o desvio de função dos servidores. Em ofício protocolado em janeiro, o sindicato cobrou informações a respeito de desvio de função que oficiais de justiça estariam sendo vítimas. Até o fechamento desta publicação, não houve uma resposta. Por isso, os servidores decidiram durante a reunião que irão encaminhar o questionamento ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Os oficiais também avaliaram sobre o projeto de reforma do CPC. Uma das propostas do projeto é permite aos advogados intimar diretamente a parte contrária para depor, sem que a comunicação seja feita obrigatoriamente por um oficial de justiça. A medida traz reflexo direto para as ati-

vidades dos oficiais. Os servidores decidiram apresentar sugestões ao projeto para a direção do Sisejufe levar à comissão do CPC, durante as audiências públicas.

Também ficou definido, durante a reunião, que a portaria que regulamenta da Central de Mandados será avaliada pelos advogados do Departamento Jurídico do sindicato. O objetivo é emitir parecer referente a qualquer ilegalidade que possa existir na portaria.

Em Brasília, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal realizou uma audiência pública para tratar de temas peculiares aos oficiais de justiça. Rudi Cassel, assessor jurídico do Sisejufe para o Distrito Federal, participou da audiência e deixou farto material sobre o tema com os senadores, alertando para o PLP 554/2010 – que atualmente tramita na Câmara dos Deputados em tempo recorde e afasta garantias fundamentais como paridade e integralidade dos proventos, além de promover a revisão de aposentadorias de policiais que adquiriram o direito na vigência da Lei Complementar 51/85. Se aprovada, e inseridas as demais atividades de risco (oficiais e agentes, por exemplo), o projeto representa a inviabiliza a aposentadoria especial. [Tatiana Lima, da Redação]

### Sisejufe barra imposto sindical na Justiça

O juiz federal Fabrício Fernandes de Castro, da 26ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, suspendeu a cobrança do imposto sindical aos filiados do Sisejufe. A decisão, tomada em 29 de março, suspende a determinação do Conselho da Justiça Federal (CJF) de cobrar o imposto e impede a União de exigí-la dos sindicalizados do Sisejufe. O magistrado amparou a decisão no Art. 580 da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) que não inclui os servidores entre aqueles que devem recolher a imposto. O sindicato havia ajuizado ação contra a cobrança do tributo para que o Tribunal Regional Federal não efetuasse o desconto.

No processo ajuizado pelo Sisejufe, o juiz federal suspende os efeitos de decisão do CJF e determina que o imposto sindical não seja descontado dos servidores do TRF da 2ª Região filiados ao sindicato. O Sisejufe, discordando da cobrança, ajuizou ação no dia 24 de março contra a determinação do CJF que autorizou esse recolhimento compulsório na folha de pagamento.

Além da ação, o sindicato inter pôs requerimento administrativo

solicitando que o presidente do TRF2 não autorize o débito. O sindicato já tinha ingressado com ação judicial na Seção Judiciária do Distrito Federal, requerendo o impedimento dos descontos, a devolução dos valores eventualmente descontados e a nulidade da Instrução Normativa 1/2008 do Ministério do Trabalho.

Contrariando a decisão de todo o Judiciário Federal, o Conselho da Justiça acatou o pedido da Confederação dos Servidores Públicos e determinou o recolhimento do imposto dos servidores da Justiça Federal de 1ª e 2ª Instâncias.

Essa vitória reflete um pensamento jurídico que já conduziu o STF, STM, TSE, TST e TCU a se manifestarem administrativamente contrários à cobrança. O imposto sindical é modalidade de contribuição compulsória, criada para o financiamento do sistema sindical confederativo e iniciado no governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de submeter a organização sindical ao Estado. [Da Redação – Notícia originalmente divulgada na portal do Sisejufe e no boletim Fique por Dentro nº 107, de 6 de abril de 2010.]

### Sisejufe pede ao CJF a inclusão de genitores e adotantes para auxílio-saúde

Em requerimento protocolado nesta sexta-feira, 26/03/2010, o Sisejufe pediu a alteração do regulamento do Conselho da Justiça Federal (Resolução 02/2008), que disciplina o auxílio-saúde dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

Na medida, o sindicato requereu a inclusão – como dependentes para a percepção do benefício – dos genitores, madrastas, padrastos e adotantes, conforme ocorre com os regulamentos do Supremo Tribunal

Federal e do Conselho Nacional de Justiça.

A distinção prejudica os servidores da Justiça Federal e não encontra amparo na Lei 8.112/90, tampouco no princípio da isonomia. A medida adotada pela entidade sindical se ampara em vários fundamentos jurídicos e deve produzir a alteração necessária para que genitores, madrastas, padrastos e adotantes possam ser beneficiários do auxílio saúde. [Com informações de Cassel e Carneiro Advogados Associados.]

Assim na mídia  
como na corte

Vinicius Souza\*

SÃO PAULO – A campanha presidencial está nas ruas. Bem, não exatamente nas ruas, já que a legislação define 1º de junho para o início da propaganda eleitoral. Mas, com a oficialização das pré-candidaturas de Dilma Rousseff pelo PT e José Serra pelo PSDB, os principais concorrentes estão postos. O campo de disputa, contudo, que nesse momento deveria ser as conversas privadas, reuniões políticas e convenções dos partidos, está estranhamente desviado para a mídia e para os tribunais. Pelo menos é isso se sobressai, já que a imprensa detém o poder de divulgação e repercussão de fatos e factóides. E também porque jornais e tribunais são dos poucos campos de disputa que restaram, ou para os quais foi arrastada a oposição partidária – que não consegue contrapor um projeto de governo vitorioso e que tem melhorado de fato a vida de dezenas de milhões de

brasileiros em todas as faixas sociais. Um projeto de governo que é, afinal, respeitado dentro e fora do Brasil.

Desde o episódio da ficha falsa de Dilma na *Falha* de S.Paulo, há pouco mais de um ano, estava claro o jogo sujo que se poderia esperar de parte da imprensa. Mas a partir do lançamento do III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e da realização da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), ambas propondo uma regulamentação mais transparente e democrática dos meios de comunicação, em especial nas concessões públicas de rádio de TV, a mídia hegemônica tem se reunido constantemente de forma aberta e declarada para unificar a ação e fazer campanha eleitoral de fato contra a candidata do governo e a favor da candidatura Serra. Não é à toa que o ex-governador finalmente “assumiu” publicamente que seria candidato em uma longa

entrevista ao âncora da Bandeirantes, José Luiz Datena, transmitida ao vivo de um parque com direito a beijos em crianças.

A estratégia da mídia hegemônica ficou claríssima no “I Fórum Democracia (*sic*) & Liberdade (*sic*) de Expressão”, quando os patrões da Abril, Globo, Folha e Estadão, sentados na primeira fila ao lado de próceres do Opus Dei, ouviam alguns empregados seus, ideólogos alinhados e executivos de empresas de comunicação que tentaram derrubar os governos de seus países, desfilarem barbaridades como “democracia não são eleições”, “se a oposição ganhar, não vejo mais essas ameaças à liberdade de expressão e de imprensa”, “o PT procura subverter a democracia usando para isso meios democráticos”, “o Lula, apesar de tudo, manteve os jacobinos e os bolcheviques fora do poder”, “são fascistas disfarçados de esquerdistas”, “se o Serra ganhas-

**Da esquerda para a direita, figurada e literalmente, Arnaldo Jabor (pra quem o Plano Real é a pedra filosofal da vida política brasileira); Luís Erlanger, da Globo; Sidnei Basile, da Abril; e Carlos Alberto di Franco, que é um dos mais influentes numerários da organização católica de ultradireita Opus Dei: democracia não são eleições!**

## Oposição sem rumo, sem discurso e sem propostas aposta nas grandes empresas de comunicação – que hegemonizam, e muitas vezes monopolizam, a produção e a transmissão de informação no Brasil. Em paralelo, vão se ensaiando nos tribunais os passos de um eventual “golpe constitucional”

se, fariamos uma festa em termos das liberdades”, “o governo é dominado pelas ONGs, caminha para a *paramilitância* com 90% das pessoas autoritárias unindo-se a partidos totalitários”.

E por aí vai... Seria possível preencher páginas e páginas com frases demonstrando o desespero e partidarismo da oposição midiática no encontro. Mas basta apresentar algumas pérolas do pensamento de Arnaldo Jabor durante o evento para entender o tom geral do “debate”: “Democracia é um conceito de alto nível, muito complexo para esse povo de baixa educação. Não quero ser partidário, mas se a Dilma ganhar vai ser uma invasão das formigas de um pensamento controlador de uma velha esquerda superada. Como a gente impede politicamente que isso aconteça? Então o perigo maior que ronda é ficar abstratos enquanto os outros são objetivos e obstinados, furando nossa resistência. A classe, o grupo e as pessoas ligadas à imprensa têm que ter uma atitude ofensiva e não defensiva. Tem que haver um trabalho *a priori* contra isso, uma atitude de precaução. Senão isso se esvai. Nossa atitude tem que ser agressiva”.

Não demorou muito e a revista Veja, sempre ela, trouxe novos factóides em suas capas acusando pessoas ligadas a Dilma Rousseff de corrupção e desvio de dinheiro, acusações prontamente desmentidas pela própria Justiça, mas que seguem nas sa-

las de espera de consultórios e empresas por todo Brasil. Globo, Folha e Estadão, claro, repercutindo. Mas a admissão da estratégia não podia ficar mais clara do que saindo da boca da própria presidente da Associação Nacional dos Jornais (ANJ) e executiva da Folha de S.Paulo, Maria Judith Brito em entrevista ao jornal O Globo, no início de abril: “Obviamente, esses meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista



**Figurinha carimbada nos veículos das Organizações Globo, o sociólogo Demétrio Magnoli (acima) é exemplo de voz conservadora a serviço da oposição**



Fotos: Maria Eugênia Sá

O patrão João Roberto Marinho entre Jabor e William Waack

deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada”.

Um dos pontos a ser atingido com essa ação unificada é exatamente ofuscar fatos como a prisão de José Roberto Arruda (único governador eleito pelo antigo PFL e até então o “melhor” quadro do partido para candidato a vice na chapa de Serra), as enchentes em São Paulo (que escancararam as falhas administrativas do “gestor competente”), a cassação do prefeito Gilberto Kassab (por financiamento ilegal de campanha por uma entidade fictícia interessada na privatização do centro da capital paulista), e até o assassinato do secretário de Saúde de Porto Alegre e ex-vice prefeito da capital dos gaúchos, Eliseu Santos, (“coincidentalmente” pouco depois de seu depoimento à Polícia Federal numa investigação de corrupção envolvendo uma empresa paulistana).

E se os tucanos e demos estão enfrentando os tribunais ou “ameaçados” pela Justiça, eles não deixam barato e atacam os adversários também via Judiciário, ainda que para isso tenham de inverter a própria lógica factual. É o caso, por exemplo, do processo em que o PSDB acusa a Apeoesp (Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo) por estar supostamente utilizando uma greve por melhoria nos salários que perderam 35% de seu poder de compra como “contrapropaganda eleitoral”, além, é claro, de infiltrar polici-

ais à paisana nas manifestações e mandar a PM reprimir os protestos com gás, cassetetes, bombas e balas de borracha.

A última e mais surpreendente das iniciativas foi a requisição judicial para acesso a todos os dados, formulários e métodos da última pesquisa eleitoral da Sensus, que como todas as outras mostra a consistente ascensão de Dilma e a estagnação de Serra, com a “conveniente” exceção da pesquisa Datafraude, digo, Datafalha, digo, Datafolha, que mostrou exatamente o oposto, “coincidentalmente” na véspera do lançamento oficial da candidatura demotucana. Isso até poderia ser apenas “uma forcinha” para a militância do candidato em um momento crítico, mas se somada a todas as representações por campanha antecipada contra o presidente Lula e Dilma, pode representar um sinal de alarme e um risco real para o futuro governo. Afinal, o golpe em Honduras é abertamente classificado por essa gente como “democrático” e “constitucional”. E não podemos nos esquecer que o governador eleito do Maranhão foi “legalmente” destituído por abuso de poder econômico numa campanha contra a “paupérrima” família Sarney. E que, ao invés de ser marcada uma nova eleição, o governo foi entregue a quem perdeu nas urnas: “por acaso” Roseana Sarney!

\*Jornalista.

# A discussão está fora de foco

**Debate deveria ser travado em torno da propriedade e destinação do petróleo**

Max Leone\*

A discussão sobre os royalties do petróleo da camada do pré-sal e a perda de milhões de reais em receitas por parte de estados e municípios produtores não deveria ficar restrita ao contexto puro e simples da Emenda Ibsen Pinheiro – proposta que entre outras demandas faria só o Estado do Rio de Janeiro perder R\$ 7,3 bilhões em receitas. A questão central para mobilizar prefeitos, parlamentares e a população em todo o país, segundo entidades como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e o Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, precisa ser a que trata da propriedade e da destinação desse estratégico recurso energético. A proposta que elas defendem está em tramitação no Senado (PLS 531/2009) e assegura o total controle do Estado sobre o petróleo e o gás produzidos, assim como a sua destinação social. O projeto prevê ainda a criação de um fundo social soberano para garantir que todo o excedente gerado pelo petróleo seja aplicado para resolver os principais problemas sociais do Brasil.

“Defendemos a destinação dos recursos para um fundo social soberano com o controle da sociedade para onde esse dinheiro é destinado”, reforça Vítor Carvalho, secretário de Comunicação da CUT-RJ e diretor do Sindicato dos Petroleiros do Norte-Fluminense.

Na avaliação do dirigente sin-



Vítor Carvalho: petroleiro

dical, não adianta deixar o debate restrito às perdas, como tem acontecido. Capitaneado pelo governador do Rio, Sérgio Cabral, o movimento em defesa do estado chegou a reunir 150 mil pessoas em ato no centro da cidade, em 17 de março, todos com o discurso imediatista de que o Rio perde recursos, de que haverá complicações que ameaçariam, entre outras coisas, até a realização da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Sem contar que o governo alega que terá sérias dificuldades de pagar as aposentadorias dos servidores inativos. Vítor Carvalho lembra que os recursos, por lei, deveriam ter aplicação específica em áreas como infraestrutura, saúde e saneamento básico. O que na maioria dos casos não acontece.

“Temos que deixar a paixão de lado. A proposta é dividir com todo o país. Muitos municípios produtores se agarram a esses recursos e destinam muito pouco para melhoria da condição de vida da população. Por isso, é preciso ter uma rígida fiscalização, prestação de contas do que foi feito com os milhões recebidos”, explica o secretário de Comunicação da CUT-RJ.

Para Adeílson Telles, da direção Executiva Nacional da CUT, o debate sobre os royalties, que coloca as unidades federativas da União umas contra as outras, é extemporâneo e vem sendo conduzido de forma atribulada. Ele afirma que não é possível resolver de afogadilho uma questão de natureza tão complexa e estratégica. “O ideal seria, portanto, que ele (o debate) estivesse fora da agenda do momento. Em seu lugar, no topo das prioridades nacionais, deveria estar a luta pela garantia legal de que toda a riqueza extraída do pré-sal tenha controle nacional”, defende.

## Soberania é fundamental

Na avaliação de João Antônio de Moraes, coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), o foco precisa ser desviado. Para ele, ao invés de estados e municípios do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e de São Paulo ficarem brigando para não perder receitas geradas pelos royalties, o povo brasileiro deveria encerrar essa luta, que é muito mais ampla. Seria para garantir a efetiva soberania nacional sobre todo o petróleo e gás produzido pelo país.

“Uma distribuição justa dos royalties é apenas parte do debate. A questão central que deveria mobilizar prefeitos e parlamentares em todo o país é a propriedade e a destinação do recurso energético. O petróleo é do povo brasileiro e não das multinacionais que o extraírem do território nacional, como prevê o atual modelo de concessão (Lei 9478/97), herança maldita do tucano FHC”, critica.

Vítor Carvalho concorda com o colega da FUP. Ele afirma que



Adeílson Telles: CUT Nacional

o sistema de concessão é danoso ao povo brasileiro. A opção pela proposta de partilha garantiria uma receita maior para o país. Segundo Adeílson Telles, a CUT não abre mão também da criação de mecanismos eficazes de transparência e controle social na aplicação dos recursos dos royalties. “É inadmissível que municípios como Campos e Macaé, por exemplo, no Norte Fluminense, embolsem uma fortuna a título de royalties e continuem convivendo com baixos índices de desenvolvimento humano, exibindo mazelas sociais incompatíveis com orçamentos ‘turbinados’ pelos royalties, nós defendemos que haja compensação aos municípios produtores por conta dos impactos sociais e ambientais”, diz.

De acordo com João Moraes, vários estudos e pesquisas comprovam que os royalties, além de mal administrados e empregados, têm contribuído para aumentar a concentração de renda nas classes sociais mais privilegiadas dos municípios beneficiários. “Isto porque os estados e municípios produtores de petróleo têm sido negligentes na administração destes recursos bilionários, que deveriam ser aplicados em benefício da população, por meio de investimentos em áreas estruturais como

**Estudos comprovam que os royalties, além de mal administrados e empregados, têm contribuído para aumentar a concentração de renda nas classes sociais mais privilegiadas dos municípios beneficiários.**



saúde, educação, habitação, saneamento básico, meio ambiente, entre outras”, explica.

O coordenador da FUP diz que o petróleo é um recurso finito e que não está sendo revertido em prol das necessidades do povo brasileiro. “É lamentável que os políticos transformem a polêmica dos royalties em palanque eleitoral, reduzindo o debate por uma nova lei do petróleo a quem fica com mais ou menos receita. Enquanto parlamentares, prefeitos e governadores disputam 15% dos recursos gerados pelo petróleo, quem fica com os outros 85% desta riqueza?”

CUT, FUP e o Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense defendem que para garantir que o petróleo seja de todo o povo brasileiro e não das multinacionais é preciso mudar a atual legislação e restabelecer o monopólio integral da União, por meio da Petrobras 100% estatal e pública. “Essa é a principal disputa que deve mobilizar os estados e municípios do país. Não precisamos de uma nova estatal, por isso somos contra a criação da Petro-Sal. A Petrobras tem tecnologia e é capaz de explorar a bacia do pré-sal”, finaliza Vitor Carvalho.

### **Passada para o Centro do Rio**

No dia 17 de março, uma passeata levou cerca de 150 mil pessoas às ruas do Centro do Rio contra a Emenda Ibsen Pinheiro, que questiona as mudanças na distribuição dos royalties do petróleo. Uma multidão que chegava de outras cidades se juntou aos manifestantes que partiram da Candelária em direção à Cinelândia, onde o desfecho do ato contou com a realização de um *showmício*. Os ônibus que traziam simpatizantes do Norte Fluminense congestionaram a Ponte Rio-Niterói, no sentido Rio.

Nem mesmo a chuva demoveu os manifestantes do protesto, que teve oito trios elétricos e participação de celebridades,

atletas, artistas, políticos, empresários, estudantes e trabalhadores. A expectativa geral era de que a demonstração do Rio ecoasse no Distrito Federal pressionasse os parlamentares e o presidente Lula a barrar a emenda aprovada na Câmara dia 10 de março. O texto, que redistribui os valores pagos por quem explora o petróleo entre todos os municípios e estados do País, sem atenção especial a quem produz, ainda será votado no Senado.

A ex-governadora e atual prefeita de Campos, Rosinha Garotinho, trouxe 10 mil pessoas para a manifestação. Muitos prefeitos fluminenses estiveram no ato público. De Rio das Ostras, o prefeito Carlos Augusto Balthazar considerou uma irresponsa-



João Moraes: Federação Única dos Petroleiros

bilidade do deputado Ibsen dizer que as áreas produtoras têm apenas vista para o mar: “Se houver um vazamento, é lá que vai haver prejuízo”, disse.

\*Da Redação.



**Telles: “É inadmissível que municípios como Campos e Macaé embolsem uma fortuna e continuem convivendo com baixos índices de desenvolvimento humano, exibindo mazelas sociais incompatíveis com orçamentos ‘turbinados’ pelos royalties”.**

# Os novos Hecatônquiros

**Quando Zeus desafiou Cronos na disputa do Olimpo, a Titanomaquia só foi decidida quando ele libertou os Hecatônquiros. Talvez inspirada na mitologia grega, a Direção do Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro decidiu agora que oficiais de justiça devem ser como aqueles titãs libertados por Zeus, com cem braços, cinquenta cabeças e cem olhos. Eles conseguiam, por conta disto, mover montanhas inteiras. Os oficiais de justiça, neo-hecatônquiros, só não podem abrir a boca.**

Roberto Ponciano\*

Em nome de uma suposta eficiência, a direção do Foro vem destruindo a Central de Mandados, que configura uma centralização do trabalho necessária para otimizar o deslocamento e agilizar o cumprimento dos mandados – ideia que é difundida por todo o Brasil, não só Rio, e também na Justiça Estadual. Recentemente o STF criou a sua Central de Mandados, consagrando a eficiência desse sistema de trabalho.

Está havendo um esvaziamento da Central de Mandados em nome de uma suposta melhor prestação – mas o que ocorre de fato é que os oficiais passaram a ficar mais tempo dentro da Central de Mandados que na rua. O Sisejufe e os oficiais não são contra a virtualização dos processos, mas a certificação eletrônica já foi implementada no sistema Apolo sem consultar a forma de trabalhar dos servidores. Com isso, a mera impressão de uma certidão foi substituída por dez ou mais comandos, aumentando consideravelmente o comprometimento do oficial com tal tarefa.

Com a centralização, a parte burocrática – como baixar os autos virtuais que veem da vara,

receber os que veem de papel separadamente, classificar, distribuir pelas áreas e de acordo com a urgência – era feita por técnicos judiciários concursados, dentro da atribuição que lhes cabe. Em nome de uma reorganização do trabalho e suposta modernização, a direção do Foro conseguiu desagradar a gregos e troianos: os técnicos judiciários, que há anos trabalham no setor e que se especializaram neste tipo de função, estão com os dias contados ali e irão para outros setores. Anuncia-se que o conjunto do trabalho será feito pelos oficiais. Ou seja, cada oficial, por si, fará todo o serviço burocrático – e isso não dinamiza a atividade e nem economiza tempo.

Esta proposta de descentralização, na verdade, desorganiza o trabalho. E dentro desta polí-

**Em nome de uma reorganização do trabalho e suposta modernização, a direção do Foro conseguiu desagradar a gregos e troianos: os técnicos judiciários, que há anos trabalham no setor e que se especializaram neste tipo de função, estão com os dias contados ali e irão para outros setores. Anuncia-se que o conjunto do trabalho será feito pelos oficiais. Ou seja, cada oficial, por si, fará todo o serviço burocrático – e isso não dinamiza a atividade e nem economiza tempo.**

tica de desmonte do setor, o que ocorre é que, extraoficialmente, através de e-mails, oficiais de justiça vem sendo convidados para, ilegalmente, se submetem a desvio de função e ficam no lugar dos técnicos. Desde já, tal sistema se revela ineficiente, oneroso, demorado e inadequado. Trata-se de uma imoralidade mascarada sob o nome de Grupo de Complementação de Diligências.

O novo regulamento já é uma grande demonstração do autoritarismo da atual Administração, que acredita ter o monopólio do saber. O único oficial de justiça envolvido na elaboração do regulamento foi o coordenador da NCOM, cuja visão de trabalho é altamente influenciada pela sua relação de amizade com o diretor do Foro, além do que ele, o coordenador, nunca teve representatividade entre seus pares. Dessa forma, joga-se no lixo um profundo trabalho, de meses, desenvolvido por oficiais experientes, diretores de cartório e de subsecretarias e juizes, que originou o regulamento anterior e que funcionou por duas gestões anteriores de diretores do Foro. Será que estavam tão errados assim?

## A intenção oculta

Por trás deste processo de desmonte da Central de Mandados há uma intenção oculta: satisfazer o desejo de alguns magistrados de que os oficiais de justiça voltem a ser servidores de cartório. É o tipo de retrocesso que seria um desastre para todos: população, magistrados, servidores. A divisão por áreas, cada vez menores, tornou a função de oficial de justiça mais célere e eficaz. O retorno, por pura vaidade política, dos oficiais aos cartórios levará ao descontrole do serviço, à ineficácia e à morosidade, já que cada oficial teria de entregar mandados em toda a cidade, além de cumprir plantão e comparecer às audiências! O que hoje é feito, de modo eficaz, pela Central de Mandados, seria feito de maneira atropelada e sob o controle, quicá o assédio, do juiz de cada cartório. Em resumo, seria a substituição do interesse público pelo interesse do administrador. A ideia final é tornar a Central de Mandados inviável para justificar o retorno ao passado – e este retrocesso puro e simples tem a feroz oposição de oficiais de justiça e do sindicato.

O caso chegou ao ponto da total perseguição ao cargo de oficial de justiça. Vejam, por exemplo, se não é perseguição a redução do prazo para cumprimento de mandados de 60 dias, no máximo, para 30 dias – ainda que a média de cumprimento seja menor e as Cemans do Rio sejam extremamente eficientes, segundo relatório da Corregedoria do TRF, de abril de 2008. A única coisa que essa medida vai fazer é aumentar o número de mandados negativos,



**Para ser oficial de justiça hoje, só sendo Hecatônqui-ro. Baixar mandado virtual, juntar as folhas e grampear, verificar as ruas, entrar nas favelas, de acordo com a vontade do magistrado e mesmo que sejam intransitáveis, penhorar bens, consultar pela Internet o valor dos bens, fazer citação, penhora, fazer busca e apreensão e entregar em mãos no cartório que for, em suma, bater escanteio e ir para a área cabecear.**

já que o oficial de justiça ao não encontrar a parte devolverá imediatamente o mandado, sem retê-lo para retornos posteriores, já que sobre ele paira a ameaça do processo administrativo.

O assédio não acaba por aí. Nas diligências de busca e apreensão, em consequência do fim do setor de baixa, os oficiais serão obrigados a entregar os autos nos cartórios. Os oficiais terão de carregar os autos do setor de distribuição, ou de um cartório, para uma Vara de plantão e vice versa! E há coisa pior: até a fé pública do oficial caiu em descrédito. O oficial que rala na rua, com chuva e com sol, sob pressão, exposto à violência (e temos tristes casos de oficiais assassinados em serviço), não poderá mais se recusar a cumprir diligência em área de risco. Isto é o cúmulo do absurdo: a perda da garantia da integridade física. Com o novo regulamento, o magistrado do cartó-

rio, de dentro de seu gabinete e mesmo afastado da situação fática, vai dizer se o oficial deve cumprir a diligência ou não. Isso vai forçar o oficial, nos casos em que ele considera que há a necessidade, a requerer força policial que o acompanhe ao local.

O Sisejufe sugere que, em casos em que o diretor do Foro considera que não há exposição da vida dos oficiais de justiça, que se obrigue também o comparecimento dos magistrados nas diligências – para verificarem *in loco* o risco ou não de se subir o Morro do Alemão, entrar na favela da Maré, na favela da Chatuba, em Vigário Geral ou Parada de Lucas – locais em que os oficiais deixam de cumprir diligências para não expor a vida. Se não há risco de vida para oficiais também não o há para magistrados. E seria reconfortante ver os magistrados que ordenarão tais diligências conhecendo um pouco do traba-

lho dos oficiais, que agora sofrem perseguição.

Ou seja, para ser oficial de justiça hoje, só sendo Hecatônqui-ro. Baixar mandado virtual, juntar as folhas e grampear, verificar as ruas, entrar nas favelas, de acordo com a vontade do magistrado e mesmo que sejam intransitáveis, penhorar bens, consultar pela Internet o valor dos bens, fazer citação, penhora, fazer busca e apreensão e entregar em mãos no cartório que for, em suma, bater escanteio e ir para a área cabecear, só mesmo o Hecatônqui-ro que Zeus libertou para vencer a guerra com Cronos. Cronos que deve ser inimigo da direção do Foro porque, em lugar de lutar por eficiência e rapidez, ela quer punir os oficiais de justiça.

\*Com Márcio Cotta e Marcos André Leite Pereira – Diretores do Sisejufe.

# Rio sediará campeonato mundial de excluídos

**Competição reunirá pessoas em situação de risco social de 64 países entre 19 e 26 de setembro**

Max Leone\*

Nos próximos anos, o Rio de Janeiro será o centro das atenções de todo o mundo com a realização de eventos esportivos internacionais. A cidade será uma das sedes da Copa do Mundo de 2014, com o Estádio do Maracanã palco da grande final, além de receber os Jogos Olímpicos de 2016, os primeiros realizados em um país da América do Sul. Mas antes dessas duas competições que despertam tanto interesse da mídia mundial, a Cidade Maravilhosa será a anfitriã da 8ª Homeless World Cup 2010 (HWC 2010), também conhecida com a Copa do Mundo de Futebol Social, que acontecerá entre 19 e 26 de setembro deste ano, nas areias da Praia de Copacabana. O torneio reúne pessoas em situação de risco e de exclusão social, favelados, albergados, refugiados de guerra, moradores de rua de diversos países, todos atraídos pela linguagem universal do futebol para disputar um torneio, na perspectiva de discutir e superar as situações adversas que enfrentam no seu dia a dia. De acordo com os organizadores, são aguardadas delegações de 64 países, envolvendo

mais de duas mil pessoas na realização da copa.

A Copa do Mundo de Futebol Social conta com apoio da Union of European Football Associations - Uefa (União das Associações Europeias de Futebol), da International Network of Street Papers - INSP (Rede Internacional de Publicações de Rua). O objetivo dos organizadores é reunir as pessoas para promover discussões sobre exclusão social e formas de se combater a situação de pobreza, divulgar as publicações de rua e disseminar a paz em todo o mundo.

“Sempre que se discute a pobreza, os maiores interessados, que são os menos favorecidos, ficam de fora da discussão. Isso sempre acontece. Com a linguagem universal do futebol temos a oportunidade de incluir essas pessoas nos debates. Aproveitamos para aglutinar esses grupos”, avalia Guilherme Araújo, secretário administrativo da Organização Civil de Ação Social (Ocas), uma Organização Não-Governamental (ONG) que atua com população de rua proporcionando a possibilidade de geração de renda aos excluídos com a venda de revistas nas ruas.

A Ocas, ligada a uma rede internacional de distribuição de publicações de rua – atualmente já são mais de 100 publicações –, organiza a participação do Brasil na Homeless World Cup desde 2003, ano que que o

primeiro torneio foi disputado em Graz, na Áustria. Segundo organizadores, a HWC, como é conhecida, já promoveu e apoiou a criação de programas socioesportivos em mais de 70 países, beneficiando 100 mil jogadores. Mais de 70% dos participantes passaram por transformações na vida, conseguindo se livrar das drogas, do álcool, arrumando emprego, casa, voltando a estudar. Boa parte passou a exercer função de empreendedores sociais. As outras edições ocorreram em Gotemburgo, Suécia (2004); Edimburgo, Escócia (2005); Cidade do Cabo, África do Sul (2006); Copenhague, Dinamarca (2007); Melbourne, Austrália (2008); e Milão, Itália (2009).

“Nosso foco principal é descobrir valores para dar continuidade ao nosso trabalho de resgate. Para participar do time é preciso ter um perfil de liderança. Não visamos o trabalho de descobrir grandes craques do futebol. Já deixamos muitos ‘pelezinho’ de fora”, explica Guilherme Araújo, ressaltando que se caso surjam algum craque, melhor para o trabalho e para as pessoas.

Os nomes que representarão o Brasil na Copa do Mundo de Futebol Social, no Rio, sairão de torneios seletivos que acontecerão em todo o país. Uma rede nacional buscará em favelas, entre comunidades quilombolas, populações ribeirinhas, en-

tre outras comunidades, jogadores que tenham o perfil desejado. Segundo Guilherme Araújo, a Ocas vem mapeando ONGs com trabalho nesse campo de excluídos para organizar torneios regionais para a seleção. No Rio, estão envolvidas entidades como a Fundação São Martinho, a Cruz Vermelha e o Instituto Bola pra Frente, dos tetra campeões mundiais Jorginho e Bebeto.

“Buscamos trabalhos também nas escolas de samba, como a Mangueira e o Salgueiro, que atuam com público em situação de risco social. Queremos entidades parceiras com trabalho socioesportivo. Mas onde não há, podemos plantar uma semente”, afirma o diretor da Ocas, responsável pela candidatura brasileira à sede da Copa do Mundo de Futebol Social.

A escolha da equipe de defenderá as cores verde e amarela do Brasil movimentará, segundo os organizadores, pelo menos 200 municípios do país. Haverá torneios regionais em 16 estados. São Paulo organizará três seletivas: na Capital, no Interior e no Litoral. No final, serão 18 times disputando uma espécie de campeonato nacional durante o mês de julho, juntamente com a Copa do Mundo da África do Sul. A estimativa é de que participem de três a quatro mil jovens em situação de risco. Em seguida, os selecionados passarão por entrevistas para confirmar a real situação em

**O torneio reúne pessoas em situação de risco e de exclusão social, favelados, albergados, refugiados de guerra, moradores de rua de diversos países, todos atraídos pela linguagem universal do futebol para disputar um torneio, na perspectiva de discutir e superar as situações adversas que enfrentam no seu dia a dia.**



que vivem. Serão escolhidos de 18 a 20 atletas que treinarão cerca de um mês nas instalações do Parque São Jorge, do Corinthians, em São Paulo. O time que disputará o torneio mundial contará com apenas oito participantes.

“De 2004 a 2007, nossa participação teve um foco sempre voltado para a questão social. Mas a partir de 2008 unimos também a competitividade. Tivemos destaques individuais e em 2009, chegamos às semifinais, quando fomos eliminados por Portugal, por 4 a 2. Disputamos o terceiro lugar e ganhamos da Nigéria por 3 a 2. Tivemos ainda o melhor jogador do campeonato, que foi o Rafinha”, lembra Flávio Fernandes, o Pupo, técnico do Brasil desde 2004.

### Como funciona o jogo

As partidas da Copa do Mundo de Futebol Social têm dois tempos de sete minutos cada. A quadra tem 22 metros comprimento por 16 metros de largura e piso de grama sintética pintada de preto, para que lembre asfalto de rua. O gol tem quatro metros de largura e 1,3 metro de altura. São quatro jo-

gadores em cada time em campo (três na linha e um no gol). Os reservas podem entrar a qualquer momento. Para tornar o jogo mais dinâmico, as equipes precisam sempre manter um jogador no campo de ataque. Assim, são sempre três atacantes contra apenas dois defensores.

### Destaques do Brasil na Homeless World Cup

Por três vezes, a seleção brasileira teve um de seus jogadores escolhidos como o melhor da competição. Em 2007, Michele Silva levou a taça como destaque (até então os times eram mistos, tinham homens e mulheres atuando juntos). Em 2008, foi a vez de Carlinhos ser eleito o melhor. E no ano passado, Rafinha despontou como o craque do certame. Michele, uma jovem da Cidade de Deus, no Rio, passou a ser convocada para a seleção sub-20 de futebol de campo e chegou a jogar por um clube da Alemanha e no Flamengo. Carlinhos jogou profissionalmente na Segunda Divisão de São Paulo pela equipe de Assis.

\*Da Redação.

## Campanha do Brasil em 2009, na Austrália:

**Brasil 8 x 1 França**

**Brasil 4 x 3 Dinamarca**

**Brasil 6 x 2 Estados Unidos**

**Brasil 7 x 2 Quirguistão**

**Brasil 5 x 1 Hong Kong**

**Brasil 5 x 3 Rússia**

**Brasil 9 x 3 Polônia**

**Brasil 6 x 2 Escócia**

**Brasil 6 x 4 Áustria**

**Brasil 7 x 4 Malawi**

**Brasil 7 x 4 México**

**Brasil 2 x 4 Portugal**

**Brasil 3 x 2 Nigéria**

**Campeã – Ucrânia**

**Vice – Portugal**

**3º lugar – Brasil**

**4º lugar – Nigéria**

# CJF aprova criação de 230 novas varas federais

O Conselho da Justiça Federal aprovou na quarta-feira, 14 de abril, a criação de 230 novas varas federais no país. Das 46 varas que serão instaladas ainda este ano, quatro serão especializadas em questões ambientais e terão sede nas principais capitais da região amazônica: Manaus, Belém, Porto Velho e São Luís. Segundo o presidente do CJF, ministro Cesar Asfor Rocha, a determinação veio em resposta a uma reivindicação recorrente de ambientalistas e organizações não governamentais voltadas à defesa do ambiente.

“As novas varas contribuirão para dar mais agilidade ao julgamento dos processos ambien-

tais, muitos dos quais tramitam em varas de temas diversificados”, afirmou Cesar Rocha. As novas varas ambientais fazem parte da lista de 230 varas federais que serão criadas até 2014, conforme a Lei 126/2009, de iniciativa do STJ e aprovada pelo Congresso Nacional. A lei prevê a implantação de 46 varas a cada ano, de 2010 a 2014, com o objetivo de proporcionar mais rapidez no julgamento do crescente número de processos.

A localização dessas varas seguiu os critérios essencialmente técnicos estabelecidos na lei que as criou, tais como demanda processual, densidade populacional, índice de crescimento

demográfico, Produto Interno Bruto (PIB) das localidades viáveis, distância entre varas federais existentes, além de áreas estratégicas de fronteira e as que concentram maior demanda por questões ambientais. Atualmente há 743 varas federais instaladas no país.

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante, apoiou a adoção do critério da interiorização da Justiça, adotado pelo Conselho da Justiça Federal. “Optou-se por uma forma de provimento privilegiando a interiorização, a solução dos conflitos ambientais e agrários, levando também em consideração questões como

densidade populacional e projetos de desenvolvimento para cada região”, afirmou.

Segundo Cavalcante, seria necessário, no mínimo, o dobro de varas para atender suficientemente a carência do país de varas federais, mas a medida soluciona o que é possível ser feito no momento. “Não é o ideal para acabar de vez com a lentidão na tramitação do processo e demora na resposta da Justiça, mas foi o possível dentro do critério da racionalidade e razoabilidade”, afirmou.

Fonte: Conjur com informações da Assessoria de Imprensa da OAB.

## CNJ aprova criação do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Judiciário

O plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou na terça 6 de abril, a criação do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJud). O centro será coordenado pelo CNJ e vai promover, em conjunto com os tribunais, a educação corporativa dos servidores do Judiciário. A medida coloca em prática uma das ações estratégicas de 2010, aprovadas em fevereiro deste ano, durante o 3º Encontro Nacional do Poder Judiciário.

Durante o encontro, os presidentes dos tribunais acharam relevante instituir uma política permanente de educação corporativa dos servidores, visando a melhoria na prestação dos serviços judiciais. O CEAJud promoverá treinamentos, cursos, seminários e outras ações relacionadas ao aperfeiçoamento dos servidores. O centro dará preferência à realização das atividades por meio do ensino à distância. Para auxiliar o trabalho do CEAJud, os tribunais deverão possuir unidade voltada para a educação corporativa e poderão instituir parcerias com instituições de ensino e universida-

des. Segundo a resolução, os tribunais que ainda não possuem essa unidade de ensino deverão instituí-las dentro de 60 dias.

Além de criar o CEAJud, a resolução instituiu o Programa Integrar como uma das ferramentas de atuação do centro. O programa foi desenvolvido pelo conselho para auxiliar na modernização e organização dos tribunais. É formado por uma equipe multidisciplinar, composta por magistrados e servidores, com experiência nas áreas de infraestrutura e tecnologia da informação, gestão de pessoas, processos de trabalho e gestão da informação e comunicação. Atualmente o Programa Integrar é coordenado pela juíza auxiliar do CNJ, Maria da Conceição da Silva Santos.

As atividades do CEAJud serão ordenadas pela Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas, que é presidida pelo ministro Ives Gandra e composta pelos conselheiros José Adonis Callou de Araújo Sá e Jefferson Kravchyn. [Fonte: CNJ]

## Médicos do Judiciário, que ocupam CCs, terão jornada de 8 horas

Os médicos do Poder Judiciário, que ocupam função de confiança ou cargo em comissão, devem cumprir a jornada de trabalho de oito horas diárias e 40 quarenta horas semanais, de acordo com a Lei 8.112/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos. Este é o entendimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que por unanimidade, na sessão de 6 de abril, julgou improcedente o pedido feito pelo médico Renato de Castro Reis, que em função de confiança, é coordenador de assistência médica, do Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins (TRE/TO).

A decisão, no entanto, não atinge os médicos servidores do Poder Judiciário aprovados em concurso que deverão trabalhar quatro horas diárias, conforme estabelece a Lei Federal nº 9436/97, que dispõe sobre a jornada de trabalho de médico da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações. Em seu voto, o ministro Ives Gandra, relator do Pedido de Providências (PP 0007542-84.2009.2.00.0000) argumentou que “o médico investido no cargo comissionado de coordenador de assistência médica e social de-

sempeña função típica de gestão administrativa, seja gerenciando a equipe que integra a coordenadoria, seja supervisionando-a, controlando-a, fiscalizando-a ou auditando as atividades desenvolvidas pelos servidores da unidade, o que exige dedicação integral ao serviço, razão pela qual estão sujeitos à jornada de trabalho de oito horas diárias”.

Esta não é a primeira vez que o CNJ manifesta-se sobre o assunto. Em outubro do ano passado o plenário do CNJ, em resposta à consulta feita pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) sobre a duração da jornada de trabalho dos analistas judiciários com especialidade em medicina reconheceu que a jornada de trabalho dos médicos, fixada pela Lei nº 9.437/1997, é de quatro horas diárias, e de que os Tribunais, de forma alguma, poderão vetar a possibilidade de acumulação de dois cargos médicos prevista na Constituição Federal. O ministro Ives Gandra lembrou em seu voto, que tanto o Superior Tribunal de Justiça (STJ) quanto o Tribunal Superior do Trabalho (TST) tem a questão regulamentada em favor das quatro horas. [Fonte: CNJ]

# SJRJ lança campanha contra uso de descartáveis

Max Leone\*

A Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) entrou na onda dos reciclados. O setor lançará campanha até o fim de abril para desestimular o uso de material descartável pelos servidores nas repartições. O primeiro passo do projeto “Descartável é o desperdício” será substituir os copos de plásticos que são jogados fora após serem utilizados por copos de vidro, não descartáveis. De acordo com a chefe da equipe do Setor de Reciclagem de Materiais da Subsecretaria de Logística da Justiça Federal, Zoraya Cesar, só no ano passado foram consumidos 2.169.200 copos de plástico pela SJRJ. A direção do Sisejufe apoia a iniciativa da Seção Judiciária.

“Cada copinho desses leva mais de 50 anos para se decompor no meio ambiente, com os agravantes de que enquanto não se decompõe, vira lixo tóxico, contamina águas e solos e ainda vira ambiente propício à proliferação de fauna nociva ao ho-

mem, como ratos, baratas, moscas e mosquitos, todos vetores de doenças”, explica Zoraya, ressaltando que cartazes da campanha serão espalhados por toda SJRJ.

Além de apoiar a iniciativa da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) de deixar de usar material descartável, o Sisejufe dá exemplo de preocupação com o meio ambiente há bastante tempo. Em uma iniciativa pioneira, desde o primeiro mandato da atual direção da entidade, iniciado em 2005, todas as publicações feitas pelo Departamento de Imprensa do sindicato (o jornal *Contraponto*, a revista *Ideias em Revista*, as edições especiais dos boletins *Fique Por Dentro*), como todos os documentos internos dos diversos setores do Sisejufe são produzidos em papel reciclado. Apenas as ações e os processos que o Departamento Jurídico dão entrada não são feitos com esse material, mas por uma questão da própria Justiça que exige que sejam em papel branco.

## SJRJ vai distribuir copos de vidro

A chefe da equipe do Setor de Reciclagem da SJRJ Zoraya Cesar informa que os copos de vidros serão distribuídos gratuitamente aos servidores. Ela diz que os funcionários não poderão levá-los para casa: vão ser guardados na repartição. “Em princípio, vamos distribuir mil copos de vidro. Cada servidor terá o seu, para evitar que usem os descartáveis”, afirma.

Segundo Zoraya, atualmente os copos de plástico são recolhidos pela coleta seletiva e entregues a uma cooperativa de catadores de lixo, para serem reciclados. “É o melhor que podemos fazer, o ideal é não consumirmos. Quanto menos lixo produzirmos, melhor”, avalia.

Os objetivos da campanha são economizar nos custos, preservar o meio ambiente, investir na qualidade de vida dos servidores da SJRJ, além de estimular a conscientização das pessoas. “Mas, o que deve ser ressaltado, é que esses objetivos ocupam o

mesmo lugar de importância. Economizar não é mais importante que preservar, que não é mais importante que investir. Todos são importantes, todos são necessários”, explica.

A chefe da equipe do Setor de Reciclagem de Materiais da Subsecretaria de Logística da Justiça Federal espera contar com apoio de outras entidade para ampliar ainda mais a campanha. A ideia é, em um segundo momento, distribuir também porta-copos, feito de tecido de PET reciclado, resinado, atóxico, com base interna feita de caixa de leite higienizada, que terá impresso o slogan “Descartável é desperdício” com tinta à base de água. “Também estamos pensando em substituir os copinhos de café por xícaras. Temos um convênio com a Ampla (concessionária de energia) para a descontaminação das lâmpadas fluorescentes. Eles utilizam e reaproveitam o mercúrio usado nas peças, que é extremamente tóxico”, diz.

Da Redação\*

## 1ª Marcha Nacional contra a Homofobia, 19 de maio em Brasília

A CUT vai apoiar a 1ª Marcha Nacional Contra a Homofobia – 1º Grito Nacional pela Cidadania LGBT e Contra a Homofobia, que será realizada no dia 19 de maio, em Brasília com concentração às 9h no gramado da Esplanada dos Ministérios, em frente à Catedral Metropolitana. Para os sindicatos CUTistas o debate sobre a orientação sexual deve ser tratado de forma integrada às demais políticas desenvolvidas, como ação permanente, interagindo com

atividades e o desenvolvimento de programas para a capacitação, articulado à geração de trabalho e renda.

No site da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais) – [abgl.org.br](http://abgl.org.br) – encontram-se mais informações sobre os comitês estaduais de organização da Marcha. Vamos nos organizar, preparar a militância, levar faixas e bandeiras, para dar um bom visual a participação da CUT na Marcha!



Parada LGTB, em novembro de 2008, na Praia de Copacabana

# Chuvas "atípicas" revelam problemas crônicos

Foto: Leo Lima/Favela em Foco



Tatiana Lima\*

A chuva que atingiu o Rio de Janeiro, a partir do dia 5 de abril, somada à falta de infraestrutura, parou o trânsito da cidade, transformou ruas em rios, causou deslizamentos de encostas e até o fechamento desta edição, deixou mais de 259 mortos sendo 168 na cidade de Niterói. Até agora, foram registrados 161 feridos. O número de desabrigados é de quase 12 mil.

Em 6 de abril, o prefeito Eduardo Paes se apressava em dar declarações: "Essa foi a maior chuva das grandes tragédias da história do Rio de Janeiro. As encostas estão perigosas. Vamos remover e garantir a vida das pessoas". Ele ainda se recusou a comentar se os problemas enfrentados pela cidade são fruto de um despreparo da prefeitura. "É uma discussão inoportuna", disse Paes.

Do hotel Copacabana Palace, o governador do Sérgio Cabral completava. "A culpa das mortes é da irresponsável ocupação desordenada de áreas irregulares, das encostas. Veja aonde estão as mortes. São os mais pobres que morrem, por isso, temos que ser cada vez mais duros na disciplina da ocupação do solo urbano, com aparato da polícia. Já falei com os prefeitos: contem com o Governo do Estado!".

Já Jorge Roberto Silveira, prefeito de Niterói, uma das cidades mais atingidas, declarava que "Niterói nunca registrou uma chuva como essa. Estamos preparando uma força tarefa para retirar os moradores das áreas de risco da cidade. Nesse momento de emergência, temos que abrigar as vítimas de maneira digna".

Quando parecia que o susto tinha terminado e os culpados

**Depois de tantas mortes e uma legião de desabrigados não foi mais possível o poder público usar as forças da natureza ou a teimosia da população pobre como desculpa para o colapso urbano.**

encontrados, lixo e chorume emergiram da terra, na quarta-feira, 7 de abril, para mostrar uma das faces escondida de Niterói. Um morro inteiro, veio abaixo, arrastando vidas, casas e abrindo uma clareira no meio do que antes era a favela do Morro do Bumba, em Jardim Viçosa.

A estimativa inicial era de mais de 200 soterrados. Porém, o número de mortos é desconhecido pela dificuldade de saber quantas pessoas estavam em cada uma das casas soterradas, que sumiram do mapa em segundos. Depois de tantas mortes e uma legião de desabriga-

dos não era mais possível o poder público usar as forças da natureza ou a teimosia da população pobre como desculpa para o colapso urbano.

A verdadeira situação das grandes cidades do Rio de Janeiro ficou evidente: faltam políticas públicas de habitação, urbanização, saneamento básico, planejamento e prevenção de acidentes, de meio ambiente, de trânsito, de tudo. O resultado de uma cidade entregue à sorte é óbvio e tem nome: tragédia social.

\*Da Redação.



Foto: Francisco César/Favela em Foco

**Registros de ato público em solidariedade às vítimas de Niterói, realizado em 15 de abril. Abaixo, a destruição no Morro do Bumba, fotografada por jovens do coletivo Favela em Foco e da Escola de Fotógrafos Populares, da Favela da Maré.**



Foto: Fabio Caffé/Favela em Foco

[favelaemfoco.wordpress.com](http://favelaemfoco.wordpress.com)



Foto: Fabio Caffé/Favela em Foco



Foto: Fabio Caffé/Favela em Foco

## 5º Fórum Urbano Mundial não foi divisor de águas

O colapso aconteceu exatamente dez dias após o Rio de Janeiro abrigar o 5º Fórum Urbano Mundial (FUM), realizado pelo programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) e do 1º Fórum Social Urbano (FSU), construído por movimentos populares e entidades ligadas à sociedade civil, com o tema em torno do “Direito à Cidade”.

Ao todo, os dois eventos, realizados na Zona Portuária do Rio, reuniram 20 mil pessoas de diversos países, etnias, religiões e línguas – além de autoridades. O objetivo era debater os problemas e encontrar soluções para os conflitos urbanos.

Durante o Fórum da ONU, o governador Sérgio Cabral propagandeou que nunca se trabalhou tanto na urbanização de favelas e nem se construiu tanta casa. “Vão ver que é possível combinar crescimento econômico com distribuição de renda, e melhoria na qualidade de vida das pessoas”, disse Cabral.

Texto do secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, lido na cerimônia, ressaltou: “Embora 227 milhões de pessoas tenham deixado de viver em condições de vida semelhantes às das favelas, a população total que passou a viver sem acesso à água potável, moradia e segurança pública, por exemplo, passou de 776 milhões, em 2000, para 827 milhões, em 2010. Viver nessas condições é uma violação aos direitos humanos”.

Na “Mesa dos Prefeitos”, um dos mais importantes encontros agendados para o 5º Fórum, Eduardo Paes enfatizou que “levando em consideração algumas das realidades

que enfrentamos, o Rio de Janeiro atinge bem a média de suas potencialidades”. E completou: “Não há dúvida de que falta muito para o Rio. A infraestrutura, por exemplo, ainda é um grande problema, que gera conflitos graves para o convívio da cidade; e a inclusão social, é sempre um grande objetivo nosso, para fazer com que as pessoas tenham um pouco mais de igualdade”.

Na mesa sobre “Melhorias nas Favelas Brasileiras”, o vice-governador do Estado, Luiz Fernando Pezão, apresentando o histórico das políticas habitacionais no Rio de Janeiro, se referiu às remoções realizadas na década de 60 “como um grande erro, que não deve se repetir”. Já o secretário de Habitação da capital, Jorge Bittar, classificou as remoções como experiências traumáticas que o governo atual não quer e não vai realizar mais. “Hoje a política pública de habitação trabalha com o regime de PNHS – Programa Nacional de Habitação de Interesse Social. Compramos imóveis e reformamos para transformar em habitação popular.”

Contudo, em meio à tragédia das chuvas, a primeira medida dos governos municipal, estadual e federal foi defender a remoção de moradores de todas as favelas que estão situadas nas encostas. No total, já foram anunciadas mais de quatro mil remoções: Morro do Urubu (entre Tomás Coelho e Pilares); na comunidade dos Prazeres, no Morro do Fogueteiro, na comunidade São João Batista, no Cantinho do Céu e no Pantanal (todos em Santa Teresa); na comunidade Laboriaux, na Rocinha; e no Parque Columbia. [Tatiana Lima – Da Redação.]

# Remoção: raízes arrancadas

Orlando Junior, sociólogo e responsável pela relatoria da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma DhESCA Brasil), ligada a ONU, considera um retrocesso o decreto assinado pelo prefeito Eduardo Paes, publicado em Diário Oficial, que autoriza despejos. Para José Antonio Godói, geólogo e professor da Universidade Federal do Mato Grosso, a tragédia é a consequência de uma escolha de gestão. “O governo incentivou a ocupação, inclusive à procura de votos. Esse decreto é uma prática do cooperativismo político. Afinal, que história é essa de dizer que a tragédia é resultado de ações de outros governos, que nada fizeram?”, questiona o professor.

De acordo com informações do Ministério das Cidades, o déficit de habitação no Brasil chega a 8 milhões em todo o Brasil. Somente o Rio, tem hoje, um déficit de cerca de 800 mil imóveis, concentrado na população de baixa renda. Segundo um estudo da Fundação Getúlio Vargas mostra que o déficit habitacional do país, deverá chegar a 28 milhões em 2020.

Durante o 1º Fórum Social



Foto: Thiago Carminati/Favela em Foco

Urbano (FSU), uma espécie de contraponto ao Fórum Urbano da ONU, a socióloga da Universidade de Chicago, Saskia Sassen expôs o conceito de cidade global: cidades conectadas em circuitos globalizados, principalmente em relação ao capital financeiro internacional – o urbanismo de mercado é um efeito que predomina em todo o mundo. “Estão nos unindo por meio das cidades transformadas em mercadoria”, afirmou ela,

citando Marcuse. Nesse modelo, as cidades devem ser vistas como empresas que competem entre si, ao invés de se ajudarem. E, para Guilherme Marques, historiador IPPUR/UFRJ, quem paga a conta deste modelo é o povo, que morre em tragédias como a que vivemos durante toda a segunda semana de abril.

## Mobilidade urbana: o Rio não tem

Quem conseguiu chegar em casa na noite de 5 de abril no Rio deu sorte. Transitar de carro era impossível e até os ônibus desistiram diante de correntezas, rios e cachoeiras que caíam das fendas nos viadutos da cidade. O trem também parou. O metrô funcionou, mas com os trens andando devagar e as plataformas com pico de passageiros. Guardas fechavam as escadas para conter o excesso de pessoas.

Uma semana antes do caos, a Jornada de Desenvolvimento da CUT Rio debateu o tema da si-

**ONU: “Embora 227 milhões de pessoas tenham deixado de viver em condições de vida semelhantes às das favelas, a população total que passou a viver sem acesso à água potável, moradia e segurança pública, por exemplo, passou de 776 milhões, em 2000, para 827 milhões, em 2010. Viver nessas condições é uma violação aos direitos humanos”.**



Foto: Leo Lima/Favela em Foco

tuação caótica de transportes na cidade – uma ação da Plataforma da Classe Trabalhadora – no auditório do Sindicato dos Engenheiros. Os deputados estaduais Gilberto Palmares e Alessandro Molon (ambos do PT) e o engenheiro Fernando Mac Dowell, professor da UFRJ, fizeram críticas à política de transportes do governo do estado, especialmente em relação à falta de fiscalização e investimento adequado, mas enfatizando a omissão da agência reguladora.

“Eu vi situação do maquinista parar a composição para entregar e carimbar papel a outro funcionário, que autorizava o trem a seguir viagem. Uma prática que remonta a época em que o transporte público do Rio era feito de bonde. A população dentro do metrô nem imagina isso”, revelou Molon. Fernando Mac Dowell, consultor na área de Logística, Transporte de Carga e Terminais Portuários e doutor em Engenharia, disse que o projeto de expansão do metrô tem uma concepção equivocada e que os problemas não serão resolvidos nem mesmo com a chegada de novos trens, prevista para o segundo semestre de 2011. “Não adianta chegar mais trem se a estrutura não comporta. A linha de trem não é rua. Não dá para criar uma solução com a lógica de ônibus, não tem espaço para o outro trem passar”, ressaltou Mac Dowell.

O deputado Gilberto Palmares ressaltou as dificuldades da CPI das Barcas, presidida por ele na Alerj. “O resultado da CPI foi ignorado pelo poder público. O Estado se omite no planejamento e na fiscalização”. De acordo com ele, acontecem falhas, irregularidades e descumprimentos de dispositivos do contrato de concessão por parte da Barcas S/A. Ele também destacou o poder das operadoras de transporte do Estado do Rio de Janeiro.

Foto: Luiza Cilente/Agência Pulsar Brasil



Foto: Luiza Cilente/Agência Pulsar Brasil



Foto: Camila Marins/Agência Pulsar Brasil



**Fórum Urbano Mundial não ofereceu saídas. Em 25 de março, o vice-governador do Rio, Luiz Fernando Pezão (no centro), afirmava: “As remoções realizadas na década de 60 foram um grande erro, que não deve se repetir”. Em debate sobre o caos nos transportes, em 30 de março, o professor Mac Dowell e o deputado Molon (acima) criticaram a falta de planejamento: as cidades chegaram ao limite.**

### Transportes públicos: onde está a solução?

A única mesa tratando do tema de transportes no 5º Fórum Urbano Mundial, “Divisão do Transporte Urbano”, lotou o auditório e formou até fila na porta, teve a participação de especialistas da África do Sul e Norte, Estados Unidos, Indonésia e Brasil, mas não apontou qualquer proposta de perspectiva nos transportes públicos. Nenhum dos especialistas chegaram a um consenso sobre como garantir o direito à cidade para as populações pobres em todo mundo.

A situação caótica dos transportes públicos do Rio de Janeiro sequer entrou na pauta. Apesar dos constantes problemas de transportes públicos – trem, metrô e barcas – não houve uma exposição da situação de mobilidade urbana da cidade, que sediou o 5º fórum.

Se levarmos em conta que o Fórum Urbano Mundial, organizado pela ONU, é considerado a conferência mais importante do mundo sobre as cidades, e tantos temas fundamentais não foram sequer pautados, não fica difícil imaginar porque tragédias como as de abril, no Rio de Janeiro, continuam acontecendo por todo o mundo. [Tatiana Lima – Da Redação e da Agência Pulsar Brasil.]



# FABEC

FACULDADE DA ACADEMIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

REFERÊNCIA DE QUALIDADE E RESULTADOS

## PÓS-GRADUAÇÃO

**MELHOR**  
FACULDADE DO PAÍS  
AVALIADA PELO  
**MEC**

**70%**  
DOS ALUNOS  
**APROVADOS**  
**CONCURSOS**  
**EM PÚBLICOS**

## PREPARATÓRIO PARA CONCURSOS

**20%** DE DESCONTO  
SISEJUFERJ

EM QUALQUER TURMA  
Para colaboradores, funcionários  
e seus dependentes

Análise Financeira  
Tecnologia da Informação  
Gestão e Controle Governamental  
Gestão de Segurança Pública  
Administração Governamental  
Contabilidade Governamental  
Análise Fiscal



**INFORMAÇÕES:**  
☎ (21) 3504-0040  
(21) 3504-0005

[www.fabecrj.edu.br](http://www.fabecrj.edu.br)

# Plano de SAÚDE exclusivo

para os servidores sindicalizados e seus dependentes.

Unimed  Rio	Planos				
	Personal	Alfa	Beta	Delta	Ômega
Abrangência Territorial	Estadual	Nacional	Nacional	Nacional	Nacional
Internação Clínica e Cirúrgica	Enfermaria	Enfermaria	Apartamento	Apartamento	Apartamento
<b>Produtos Opcionais</b>					
SOS UNIMED	UTI Móvel em toda Região Metropolitana do Rio de Janeiro				
UNIMED DENTAL	Assistência Odontológico em todo território Nacional				
UNIMED AEROMÉDICO	Transporte de pacientes de um centro médico hospitalar para outro				
SOS VIAGEM	Assistência Internacional				

**SERVIDOR SINDICALIZADO APROVEITE SEU AUXÍLIO SAÚDE E ADQUIRA UM PLANO DE SAÚDE COM CONDIÇÕES EXCLUSIVAS DA UNIMED RIO.**

- 103 MIL MÉDICOS COOPERADOS AO SISTEMA UNIMED.
- 3.596 HOSPITAIS CREDENCIADOS.

**Preços e condições especiais**  
a partir de **R\$ 62,15**



**SISEJUFE**

**Unimed   
Rio**

O MELHOR PLANO DE SAÚDE É VIVER.  
O SEGUNDO MELHOR É UNIMED.

ANS - nº 39.332-1

Adesão  
pelo telefone  
ou acesse:

Rio de Janeiro (21) **21 58-0580**

Demais Localidades **0800 0247838**

[www.unisisejufe.com.br](http://www.unisisejufe.com.br)